

ADVERSO

Nº 199 - janeiro / fevereiro de 2013

**Impresso
Especial**

9912271463/2011- DR/RS
ADUFRGS

CORREIOS



ISSN 1980315-X



Universidade Sufocada

A autonomia
didático-científica
das instituições
federais de ensino
esbarra em leis,
resoluções e medidas
administrativas do
governo, que
restringem o trabalho
dos gestores e o
desenvolvimento
da comunidade
acadêmica

Páginas 4 a 7

ENADE

COFAS

SISTEMA
NACIONAL DE
REGISTRO
DE CURSO

MUDANÇAS
CURRICULARES

LIBRAS



Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA

UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**

1º Vice-Presidente - **Claudio Scherer**

2º Vice-Presidente - **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**

1ª Secretária - **Maria da Graça Saraiva Marques**

2ª Secretária - **Marilda da Cruz Fernandes**

3º Secretário - **Ricardo Francalacci Savaris**

1º Tesoureiro - **Daltro José Nunes**

2º Tesoureiro - **Vanderlei Carraro**

3ª Tesoureira - **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br

www.adufrgs.org.br



Publicação bimestral
Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Ideograf

Conselho Consultivo

Alfredo Storck – Departamento de Filosofia/Ufrgs

Gloria Ferreira – Fabico/Ufrgs

Lúcio Vieira – IFRS - Campus POA

Paulo Machado Mors – Instituto de Física/Ufrgs

Regina Helena van der Laan – Fabico/Ufrgs

Ricardo Schneiders da Silva – Fabico/Ufrgs

Edição: **Adriana Lampert**

Reportagens: **Ana Esteves, Araldo Neto, Marco Aurélio Weissheimer, Michelle Rolante e Patrícia Comunello**

Projeto Gráfico: **Eduardo Furasté**

Diagramação: **André Lacasi e Eduardo Furasté**

Produção e Edição



(51) 3228.1188

SUMÁRIO

04

REPORTAGEM

Que autonomia é essa?
por **Patrícia Comunello**

ESPECIAL

Professores prestigiam jantar de
final de ano da Adufrgs
por **Adriana Lampert**

08

11

PING-PONG

Léa Fagundes
“A educação tem de entrar na cultura digital”
por **Patrícia Comunello**

EM FOCO

Tradução inovadora descortina
clássico *Romeu e Julieta*
por **Ana Esteves**

16

18

ARTIGO

O Presidente João Gourlat e o Carnaval
por **Lilian Marlene Sudbrack Gama**, professora aposenta-
da de História e Sociologia da Ufrgs

POLÊMICA

Comunidade do Campus do Vale
da Ufrgs clama por segurança
por **Adriana Lampert**

19

24

PARCERIA

Fabico elabora projeto de pesquisa
com instituição espanhola
por **Michelle Rolante**

EDUCAÇÃO

Instituições se ajustam a cotas e
focam na permanência de alunos
por **Patrícia Comunello**

26

29

TECNOLOGIA

Objetos digitais desafiam educação tradicional
por **Patrícia Comunello**

VIDA NO CAMPUS

Projeto de pesquisa garante conhecimento para
estudantes na área do petróleo
por **Araldo Neto**

32

34

JURÍDICO

STF reconhece direito à aposentadoria especial
a servidores portadores de deficiência
por **Francis Campos Borbas**

INTERNACIONALIZAÇÃO

Ciência Sem Fronteiras tem gerado abertura
maior para intercâmbios
por **Michelle Rolante**

36

Ampliar a democracia: condição para educação de qualidade

O Brasil está vivendo o mais longo período de democracia de sua história. Próximos de completar três décadas de regime democrático ininterrupto, podemos comemorar o aprimoramento dos fundamentos de uma democracia moderna e a ampliação da participação popular no cenário nacional. Não são poucos os espaços de discussão onde são chamados vários setores da sociedade para se manifestarem sobre os mais diferentes temas. No campo da educação, a universalização do acesso ao Ensino Fundamental se tornou realidade, bem como ao Ensino Médio. Mecanismos de inclusão social passam a ser utilizados para garantir aos setores sociais mais vulneráveis o acesso aos diferentes recursos públicos com destaque à Educação Superior. Há liberdade de organização sindical, partidária e de outras agremiações, de acordo com os interesses de setores sociais.

Sem dúvida, há muito que comemorar. Mas é necessário um esforço permanente para que estes e novos mecanismos de participação sejam aprimorados e não se tornem meros instrumentos manipuláveis por este ou aquele partido, por este ou aquele governo.

Se por um lado o chamamento dos governos à sociedade para participar de diferentes fóruns de debate é louvável, por outro, não é difícil perceber que muitas vezes estes são utilizados apenas para dar uma aparente ideia de aprovação de determinadas políticas. Espaços são manipulados por partidos ou governos que querem legitimar suas políticas, desconsiderando as posições diferentes e alijando aqueles que não comungam das suas posições.

Na área da educação, temos vivido momentos ricos em termos de iniciativas que visam possibilitar a participação da população aos diferentes níveis de ensino. No entanto, há setores que têm experimentado políticas de validade duvidosa,

pouco discutidas e mal dimensionadas, com clara motivação político-partidária cujo custo social se torna elevado frente à pouca eficácia e alto gasto. Por tudo isso, há que se aprimorar e ampliar a organização independente da sociedade (sindicatos, ONGs, partidos, associações, etc). Há que se exigir cada vez mais a participação organizada.

Estamos nos preparando para o 2º Conae, a ser realizado em 2014, que é precedido por encontros regionais que, por sua vez, ocorrerão no ano em curso. Em primeiro lugar, é fundamental analisar o que foi o 1º Conae, como se deu a participação da sociedade, quais seus resultados e qual a eficácia na definição das políticas públicas para, então, evitando erros e aprimorando acertos, organizar o segundo evento.

Os desafios são gigantes para a universalização da qualidade. Os principais aspectos a serem discutidos sobre a educação no Brasil não são novos, mais continuam urgentes: a qualificação, o financiamento, a valorização dos profissionais que atuam na educação – em especial os professores –, equipamentos públicos adequados, a atualização curricular, a avaliação e acompanhamento das metas definidas coletivamente.

Encontros patrocinados por recursos públicos, que reúnem apenas os amigos, não resolvem as principais questões que se colocam à educação nacional. Para atingir este objetivo será necessário mobilizar os mais distintos setores organizados, as mais diferentes posições políticas, os diversos partidos da base aliada do governo e da oposição. Enfim, criar um grande movimento nacional para que efetivamente todos se mobilizem pela educação. Portanto, a ordem do dia deve ser despartidarizar, para politizar o debate sobre a definição das políticas públicas para a educação.

Que autonomia é essa?

por Patrícia Comunello

Arte sobre foto: André Iacasi



Cotas, Enade, disciplinas de libras e de temática étnico-racial, catálogo de cursos, núcleos docentes estruturantes (NDEs), sistema nacional para registro de cursos e mudanças curriculares. Nunca, apontam críticos da comunidade acadêmica, desde que a autonomia didático-científica das universidades públicas virou preceito constitucional, as instituições foram alvo de tantas imposições. Primeiro, por mecanismos administrativos do Ministério da Educação (MEC) e outros braços do setor, depois por força de lei. Para o mundo acadêmico, a moda pegou e coloca em risco o estatuto da chamada autonomia e a capacidade dos estabelecimentos em gerar soluções de acordo com seu DNA e onde está sua comunidade.

O artigo 207 da Constituição Federal de 1988 diz expressamente: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” Para o coordenador das graduações de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs),

Paulo Mors, a história não é bem assim. Depois das batalhas dos anos de 1990 pela elevação das verbas para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), sob a chancela do artigo 207, no começo da segunda década dos anos 2000, o alerta foi acionado em relação ao avanço das disposições do MEC. “A comunidade é muito dócil, pois aceita tudo isso. Não existe autonomia universitária de fato”, denuncia Mors, que adverte: “Quando cobramos o que diz a Constituição, ouvimos a precaução ‘autonomia não é soberania’. Decoraram esta frase para defender a interferência de mediocres onde ainda existe inteligência”, completa o professor da Física.

O pró-reitor de Graduação da Ufrgs, Sérgio Kieling Franco, admite que é preciso ter cuidado para que não haja ingerência demais. Em alguns setores, com maior quantidade de novas disciplinas obrigatórias, não necessariamente vinculadas à formação, Franco garante que já foram feitos alertas ao MEC. “Quando aumenta o controle, eleva o risco de atentar contra a autonomia, mas isso não tem ocorrido. Quando existe a



Fotos: Michelle Rolante



Coordenador da Comgrad, Bossle considera legítimo que estudantes não façam as provas do Enade

tentação no Ministério, nós agimos”, explica. Terreno instável desde que foi lançado, o Enade viveu novo boicote dentro da Ufrgs na edição de 2012, que gerou rebaixamento de nota pela segunda vez para um dos cursos que costumava figurar entre os Top. A Educação Física ficou com 2, levou um cartão amarelo do MEC e agora está sob inspeção. Tudo porque alunos descontentes com o sistema não fizeram as provas. Nada a ver com a formação, ensino ou estrutura da Escola de Educação Física (Esef), situada na zona leste de Porto Alegre.

“Estamos em plena mudança de currículo, inovando do ponto de vista pedagógico e recebemos esta avaliação”, reage o coordenador da Comissão de Graduação (Comgrad) da Esef, Fabiano Bossle, que considera legítima a manifestação dos estudantes. “Sei que o Enade faz parte da regra do jogo, mas a avaliação não capta várias ações que estamos empreendendo. Não tenho clareza se é a melhor forma de dar visibilidade à formação dos alunos”, pondera o coordenador. O pró-reitor de Graduação não gostou nada de ver a Instituição, que teve o maior índice do Inep entre as Ifes no ano passado, pegar uma espécie de “segunda época” no exame nacional. Franco espera que o esclarecimento dos motivos da pontuação reverta o conceito e a medida do MEC. Se é ou não certa interferência no universo acadêmico, o pró-reitor relativiza. Lembra que o Enade hoje é lei, e argumenta que é a forma como a sociedade pode controlar a qualidade dos cursos.

Vizinho de andar do colega da pasta da Graduação no mesmo prédio da Reitoria, no campus central da Ufrgs, o titular da Secretaria de Avaliação Institucional (SAI), Daltro José Nunes, reconhece a importância destes mecanismos, e esclarece que as instituições de ensino não participam do planejamento dos testes nacionais, que devem ter independência. Ele informa que não comparecer às provas bloqueia a emissão do diploma. Nunes ressalta que a universidade federal número 1 do País adota desde a década de 1970 avaliações internas. O processo atual passa por uma revisão, para enxugar o número de questões aplicadas aos alunos, incluir os egressos e ampliar as possibilidades de conhecimento sobre a eficiência da formação acadêmica.

O exame é mais um no cardápio que passou a ser servido na rotina institucional. O titular da SAI lembra que as cotas, hoje garantidas por lei, mas que foram adotadas voluntariamente em 2007 pela Ufrgs, não são seguidas majoritariamente pelos estabelecimentos estaduais. “Não questiono o mérito, mas o fato de ser colocado de cima para baixo fere a autonomia”, adverte Nunes, que refuta o argumento sempre acionado de que é política de estado. “Não! É política de governo”. Na carona das ações afirmativas, foram inseridas novas modalidades de disciplinas, como libras e cultura afro-brasileira, que exigem soluções caseiras, como escalar docentes no quadro existente. “Poderíamos fazer como as universidades americanas. Lá, o governo lança edital com recursos financeiros atrativos e cada instituição se habilita e se especializa em aplicar este tipo de

formação.” Para o secretário de avaliação, a demanda externa compromete a função do setor. “A universidade é o maior laboratório de pesquisa experimental do mundo. À medida que o governo começa a impor regras restritivas, este laboratório começa a ficar engessado.”



Nunes: “Não questiono o mérito (das cotas), mas o fato de ser colocado de cima para baixo fere a autonomia”

Franco cita a intenção, analisada em 2010 pelo MEC e pelas Ifes, de criar um catálogo nacional de nomenclaturas de graduações, gerando uma espécie de formato sob medida a ser reproduzido. “Houve reação forte e foi abandonado”. Outra resistência, que é relacionada pelo pró-reitor muito mais a uma barreira cultural, devido à necessidade de usar sistemas digitais de registro e tramitação, são os procedimentos para alteração curricular e criação de cursos. O pró-reitor lembra que a Universidade sempre teve tudo muito organizado, mas hoje uma plataforma nacional do MEC exige que todos os documentos sejam lançados. O sistema terá upgrade em março, e ele já espera por reclamações. Na prática, o enquadramento no sistema restringe muitas vezes o cadastro de cursos que não seguem a classificação da TI, com isso a tramitação nem sempre é ágil, e implica em autorizações e mais comprovações. “Quando há alguma inovação, o programa não aceita, e a adequação dá mais trabalho”, rende-se Franco, citando o caso do bacharelado em Desenvolvimento Rural, que nasceu como um curso tecnológico. “A vida acadêmica está sendo atingida por burocratas que desconhecem como é o mundo da universidade. Esses sistemas com seus formulários implicam em desgastes cada vez maiores”, lamenta Mors.

Núcleos Docentes ampliam tarefas

É resolução, mas a segunda gestão do reitor Alexandre Netto quer que os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) tenham efetividade. Os NDEs são uma espécie de Comissão de Graduação (Comgrad) dedicada à qualificar e embasar reformulações curriculares e modelos de graduações. Segundo o pró-reitor de Graduação, a intenção é formar um grupo que possa se dedicar ao exame de conteúdos, propor alterações e avaliar avanços, uma função antes acumulada pelas Comgrads. “As comissões de graduação se ocupam de muitas atribuições administrativas, matrículas e itens operacionais e não davam conta da revisão de projetos pedagógicos e perfil de egressos”, alega Franco. Problema é que as pessoas continuam a ser as mesmas, e agora precisam se dividir em mais estruturas da burocracia da instituição, protesta Paulo Mors. Daltro José Nunes, que se envolve com a implementação dos núcleos, admite que há muitas queixas sobre a efetividade e suposta sobreposição de funções ou escassez de pessoas para dar conta do novo trabalho. No caso do coordenador das seis formações em Física, implica em ter seis NDEs. “Não tem gente disposta a participar de cada uma. Nós fazemos as atas dos núcleos para cumprir obrigação”, esclarece o coordenador dos núcleos e comissão de graduação da Física.

“É assim, cumpra-se”

A reitora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufscpa), Miriam da Costa Oliveira, dá a dimensão de quão distante está a autonomia. “Existe uma montanha, porque ela não existe. É teórica”, define Miriam, que poderia falar por horas a fio a respeito da “infinidade de exemplos” que comprovam a percepção. Com cinco anos de vida, a Ufscpa enfrenta as interferências como se fosse uma experiente instituição de ensino superior. Das cotas à necessidade de cumprir exigências para conseguir abrir novos cursos, a direção do estabelecimento não vê muita saída, a não ser se adequar.

“Não existe autonomia ampla e nem didática”, convence-se a gestora, que preocupa-se com o novo perfil de alunos oriundos das cotas e com falta de previsão do MEC para eventual demanda em nivelamento. “De repente vem uma lei, que evidentemente será cumprida rigorosamente, e atropela a decisão interna”, resume Miriam. No caso das políticas afirmativas, a Ufscpa ainda não adotava o tipo de ingresso, seguia apenas o critério do Enem. No primeiro ano terá 12,5% das vagas voltadas aos cotistas, que progressivamente chegará aos 50%, conforme manda a lei.

A Ufscpa é um fenômeno, com expansão vertiginosa, adjetivo usado pela própria reitora. Em 2003, quando só havia Medicina na grade (antes de se transformar em universidade)

de) a Instituição tinha pouco mais de 500 alunos. Em 2013, atingirá mais de 2 mil estudantes. E tem em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) a meta de criar mais dois cursos este ano para serem ofertados em 2014. A reitora só não revela as áreas pretendidas. “Queremos continuar crescendo, o que não acontecerá pela simples criação de cursos”, previne Miriam. Justamente por esta convicção, que o caminho é mais tortuoso.

Para manter o ritmo de multiplicação de graduações da família de 11 membros, a Ufcsa esbarra na burocracia. Tudo porque ao buscar inovar nas opções de formação, atenta a novas expertises que a comunidade e o mercado regional demandam, a equipe de Miriam (desde professores a funcionários) precisa cumprir uma maratona. “Na hora de abrir a cartela de vaga, há engessamento para aceitação de novos cursos pelo sistema do MEC”, assinala a administradora. Mesmo percalço que afeta a Ufrgs e foi narrado pelo pró-reitor. “Não basta a Universidade trabalhar, o conselho autorizar e abrir vagas. Precisa muito esforço. Isso é um dos pontos que validam que nossa autonomia não é plena”, embasa Miriam.



Miriam: “Não existe autonomia ampla, nem didática”

licenciatura. Para a Ufcsa isso está exigindo uma ginástica. O currículo não contemplava e não há docentes, pois a Instituição atua fortemente e quase que exclusivamente em saúde. “Conseguimos dar resposta ao CNE, mas isso exige uma costura enorme. É uma resolução, e tenho de seguir.” Neste caso, há uma dificuldade extra, que vem no pacote. A Universidade tem de inserir no currículo a formação, mas o MEC não aportou mais verbas ou mesmo vagas para contratar mais professores. “Não existe recursos financeiros e nem vagas. É assim: cumpra! A cada ano surgem mais pedidos, portanto temos de estar continuamente preparados quando essas coisas caírem no colo.”

Para aplacar a sede do MEC e de outras instâncias e mesmo segmentos – o próprio Congresso Nacional virou território aberto a novas leis que avançam sobre as universidades – a Associação Nacional dos Dirigentes Federais de Ensino Superior (Andifes) tem uma comissão permanente que trata da autonomia. A intenção é rastrear gargalos e sensibilizar o Ministério para limites a medidas que cerceiem a liberdade institucional. E o argumento que busca dobrar governos que, de tempos em tempos, mudam seus caciques, é o dano que estas condutas podem gerar ao próprio papel da universidade. Líderes da pesquisa no Brasil, as instituições públicas acabam tendo limitado o seu potencial de produção e de conhecimento, adverte Miriam. “A sociedade tem perdas e morosidades de ganhos”, resume a reitora. Ela atesta que algumas ações como a criação dos NDEs e aplicação do Enade foram aprovados. “Se há uma coisa que não temos problemas é com os NDEs, temos 11 e todos funcionam harmoniosamente”, garante a gestora, sinalizando ainda que as avaliações organizadas pelo MEC, mesmo tendo comissão própria para acompanhar a qualidade, poderiam ser aplicadas anualmente. “Estamos sempre prontos para as avaliações e orgulhosos dos resultados.”

Os dirigentes das duas universidades com sede na Capital defendem que as instituições deveriam ter flexibilidade na cartilha do regramento ao qual deve se submeter todo o setor público federal. Desde as normas de contratação e gastos (Lei 8.666) à possibilidade de maior interação com a sociedade, a reitora da Ufcsa define esta condição como maior liberdade de decisão. “De ordem prática, a universidade precisaria ter mais autonomia com manutenção de controle e regras rígidas”, avança a administradora. A Ufcsa já perdeu recursos que uma instituição privada queria doar para pesquisa. O financiador externo acabou desistindo, ante a insegurança sobre o destino da verba, que seria depositada em uma conta única da União. O MEC foi procurado para comentar as críticas de integrantes das duas universidades, mas sua assessoria alegou que o órgão não comentaria aplicação de leis e outras resoluções, que não são geradas unicamente pela pasta.

Se não pode ampliar modalidades seguindo sua vocação e cumprindo seu papel como centro de formação de conhecimento, a Ufcsa ainda fica refém de vontades aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Muitas, sem uma justificativa plausível, como uma resolução em vigor desde 2010 para que o curso de Psicologia tenha um ano de

Três gerações de professores prestigiaram Jantar de Final de Ano da Adufrgs

Mais de 800 pessoas compareceram à festa, que celebrou também as vitórias do movimento docente obtidas durante o ano que passou

por Adriana Lampert

Fotos: Adriana Lampert



O clima de confraternização misturava-se ao reconhecimento de que a diretoria da Adufrgs-Sindical concluiu a jornada de 2012 somando uma série de conquistas para a categoria. Realizada na noite do dia 7 de dezembro, na Sogipa, a festa de final de ano da entidade foi um sucesso. O evento contou com a representatividade de três gerações de professores, reunindo novos docentes, com veteranos e aposentados, entre os mais de 800 presentes.

Na mesa do fundador e primeiro presidente da entidade, José Fraga Fachel (que é professor aposentado do Departamento de Sociologia da Ufrgs), estavam sua filha, Ondina Fachel Leal, professora do Departamento de Antropologia da Ufrgs; e sua neta, Andrea Fachel Leal, docente recém empossada no Departamento de Sociologia e do Curso de Políticas Públicas da Ufrgs.

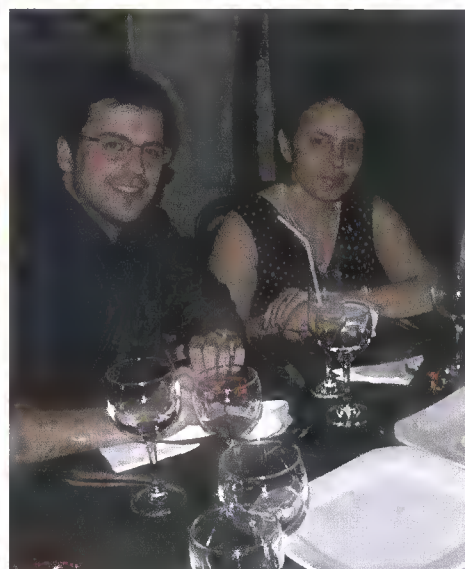
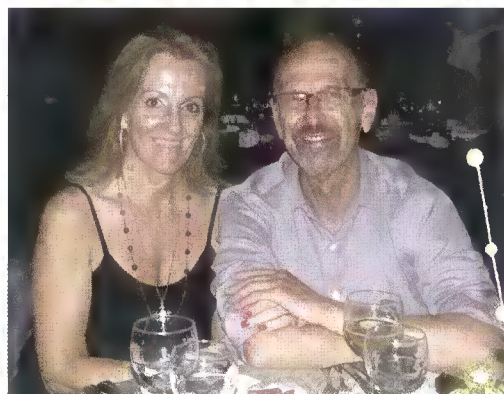




O ex-presidente elogiou a conduta da atual diretoria da Adufrgs. "Estou orgulhoso de ver o rumo que tomou nosso sindicato. Esta grande festa também mostra a punção da entidade", opinou. A filha de Fachel, Ondina, afirmou que acompanha a atuação do Sindicato há mais de 30 anos, mas frisou que a forma como a atual diretoria vem conduzindo as ações da entidade foi um incentivo para ela se "reaproximar" da Adufrgs. "Estamos retomando a convivência com o Sindicato. A entidade abandonou aquela coisa do grevismo fácil, isso é excelente, é coerente e vai de acordo com o que a base representada quer."

Membro do Conselho de Representantes da Adufrgs, o professor João Beal Vargas, do Instituto de Matemática

da Ufrgs, também elogiou a entidade pela atual linha de atuação: "Eu deixei de ser sócio do Sindicato por muito tempo, voltei recentemente com 'o pé atrás' e hoje não me arrependo, caso contrário eu teria saído novamente. A Adufrgs está de parabéns." A professora adjunta aposentada da Escola de Administração da Ufrgs, Zilá Mesquita, destacou que o Sindicato "cresceu muito", mas lamentou que um grupo grande de professores que estão na ativa não têm participado com tanta ênfase dos eventos da entidade, como ela acredita que deveriam participar. "Não vejo esta atuação por parte de alguns docentes, nem mesmo nas ocasiões festivas, imagine nas outras." Zilá diz que, sempre que pode, participa do Encontro dos



Professores Aposentados (que este ano muda de formato e passa a se chamar Encontros de Assuntos de Aposentadoria).

Antes do baile, centenas de filiados e seus familiares apreciaram um sofisticado jantar, assinado pelo Chef Valério. O evento ainda contou com sorteio de uma TV 3D de Led com HD 40 polegadas, um HD externo e um Tablet 2 Galaxy, todos produtos da marca Samsung. A professora de Física da Ufrgs, **Cilaine Verônica Teixeira** foi a grande premiada da noite: ganhou a TV 3D. Tendo ingressado recentemente na Universidade e se filiado ao Sindicato em 2012, ela não se sentiu à vontade para avaliar o desempenho da entidade. "Mas acompanhei as ações, e vi que o ano foi de intenso movimento, que inclusive culminou em greve." Contente com o prêmio, ela "adorou" a festa: "principalmente a sobremesa!", elogiou. Os outros dois sorteados foram Telmo Brentano (HD externo) e Ingrid Lorenz Simões (Tablet 2).

A entrega dos prêmios ocorreu depois das falas da presidente da Adufrgs, Maria Luiza Ambros von Holleben,

e do presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim de Oliveira. Eles lembraram que este foi um "ano difícil", referindo-se às diversas tomadas de decisões (que incluíram a deflagração de greve) atreladas à negociação da Federação com o governo federal, até a assinatura do Termo de Acordo, em agosto. Aprovada na Câmara Federal e no Senado, em dezembro, a negociação foi transformada em lei (nº 12.772, de 28/12/12) após sanção da presidente Dilma Rousseff, no último dia de 2012. Com isso, está garantido que em março deste ano os docentes tenham a carreira reestruturada e novos salários em seus contracheques. "Tudo isso foi possível graças à mobilização e participação de nossos filiados", valorizou Maria Luiza.

Rolim destacou que a Adufrgs-Sindical é um dos principais sindicatos associados ao Proifes e ressaltou que a entidade vem crescendo. Em 2008, eram 2,6 mil filiados. Hoje, são mais de 3,6 mil docentes (ativos e aposentados), da Ufrgs, Ufcsa e IFRS/Porto Alegre e Restinga. "Esta adesão mostra que o movimento docente está indo no caminho certo", frisou o dirigente. 📢

Léa Fagundes

“A educação tem de entrar na cultura digital”

A porta se abre no apartamento do 9º andar em um dos centenas de edifícios que pontilham o tradicional bairro Bom Fim, e a mulher que aparece acolhe a repórter com um sorriso juvenil. E vai logo avisando: “Um dos meus alunos quer vir aqui conversar, está com um projeto desafiador.” Aos 83 anos, a professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) Léa Fagundes, mantém o ritmo de quando tinha 20, 30 anos. Sua devoção na busca por conhecimento que ajude a melhorar a educação do Brasil emociona. Para testar os limites da idade e mostrar a capacidade interminável de sua mente, agora Léa está às voltas com descobertas e novas possibilidades da chamada inteligência artificial. Ouvir e desejar que as ideias desta octagenária (que cursou o Ensino Normal em Pelotas e mudou-se para Porto Alegre para se diplomar em Pedagogia e Psicologia pela Ufrgs), com doutorado em psicologia escolar e desenvolvimento humano, possam inspirar novos degraus na educação é quase uma imposição. Nesta entrevista, ela que é uma das fundadoras do único doutorado em Informática na Educação do País e “devota” do epistemólogo suíço Jean Piaget, adverte sobre riscos de governos distribuírem tablets, sem formação dos professores, e avisa que as crianças vão ultrapassar os mestres na arte de dominar os recursos digitais. Para Léa, o ideal é que o ensino seja mais integrado e respeite profundamente a forma como crianças, adolescentes e jovens preparam seu arsenal de conhecimento para o futuro. ➤

por Patrícia Comunello



Adverso: O que lhe despertou para o uso da tecnologia na educação?

Léa Fagundes: Vivemos hoje uma mudança na cultura tão consistente e ampla como nunca na história da humanidade. Quando comecei a tomar consciência de que havia máquinas, o que chamava a atenção e assustava era a inteligência artificial. O que era isso na época: era o cérebro eletrônico, que era o computador. E computar é calcular. Descobriram que se podia fazer uma máquina que processasse o cálculo com rapidez superior ao do cérebro humano. Esta inteligência reunia cérebro, cálculo e memória. Na época, eu dava aula na rede estadual e no Colégio Aplicação (da Ufrgs) e buscava entender por que uns alunos aprendiam mais que outros. Nas vilas, percebi que as crianças mais pobres não conseguiam, mas quando iam ao Aplicação, aprendiam. Desde então, estudo isso: como a inteligência funciona e como se desenvolve.

Adverso: E o que a intrigava neste cérebro eletrônico?

Léa: Primeiro: uma máquina pode substituir o cérebro? E ela pode ser disseminada como inteligência artificial? Reter informações resolveria nossos problemas de limitação de memória? Fiquei muito assustada, pois era humanista, e as máquinas estavam sendo desenvolvidas para substituir o homem. Comecei a ler sobre o assunto em uma época em que as pesquisas lá de fora levavam dez anos para chegar aqui no Brasil. Li em uma revista americana que pesquisadores haviam criado uma máquina que seguia a teoria do behaviorismo (base é o estudo de reflexos condicionados nos animais) para ensinar as crianças. Então, eles fizeram maquininhas e distribuíram. Um princípio fundamental do ensino era reforçar na hora

(chamado de reforço contingente), mas punir não é bom, pois após passar o efeito, a criança voltar a errar. Esses eram mecanismos dos animais, que não têm linguagem verbal. Portanto, onde estava a inteligência? Comparei o efeito para alunos do Aplicação e os da vila, e concluí que estava errado. Foi aí que decidi estudar o desenvolvimento da inteligência a partir de Piaget.



"Como a criação é livre, a criança se dá conta de que o que ela pensa pode ser ensinado ao computador"

Adverso: Neste período já se usava computador no Brasil?

Léa: Não. Quando surgiu a máquina, surgiu o cérebro eletrônico, mas eu tinha medo. Nesta época, conheci o médico argentino Antonio Battro, que fez doutorado sobre percepção e trabalhou com Piaget, que tinha um centro de nacional de epistemologia genética. Battro e Karl Popper haviam estudado como melhorar o ensino de matemática. O argentino veio para Porto Alegre para um seminário de um dia e ficou três. Era uma época em que a psicanálise dominava a Psicologia. Por proposta dele, fundamos o que depois virou o Laboratório de Estudos Cognitivos (LEC).

Adverso: E como foi a evolução da área?

Léa: Toda a tecnologia até surgir o computador havia sido criada para melhorar os sentidos. O único equipamento que veio para ajudar o pensamento foi o computador. Essa é a revolução. Os alemães, com a fisiologia do olho humano, estudavam a Gestalt. Buscavam saber o que o cérebro faz quando percebe as figuras. Piaget era interdisciplinar, misturava matemática e lógica. Antonio Battro voltou a Buenos Aires e não conseguiu se inserir (o foco era psicanálise). Karl Popper foi estudar computação no MIT e fundou com Nicholas Negroponte um centro de informática em educação.

Como conhecíamos Battro, que também havia ido aos EUA estudar o uso da inteligência artificial – e voltou extasiado e disposto a explorar o novo meio –, começamos a pesquisa sobre uso de computador com a ajuda dele. Na época, vivíamos a ditadura e não se conseguia importar equipamentos, então fomos à Argentina e aprendemos com Battro como funcionava. Isso era começo dos anos de 1980, a Apple já vendia suas máquinas. Voltei maravilhada.

Adverso: A novidade não era só para as crianças...

Léa: Era para nós, que não sabíamos nada. O Battro nos desafiou a conseguir computadores no Brasil e a começar a usar. Conseguimos um manual de como utilizar a linguagem com Popper, em Boston, sede do MIT. Descobri na Engenharia Hidráulica da Ufrgs que alguns computadores haviam chegado, mas ninguém sabia usar. Eram da Apple, com tela grande e colorida. Os professores autorizaram que, após o expediente, aprendêssemos a operar. Levei crianças da vila próxima ao Campus do Vale e começamos a desbravar aquela novidade. Entreguei o disquete para um menino e indiquei o que poderia fazer. O cursor era uma tartaruginha que se movia na tela para a esquerda e direita. O garoto saiu operando e não sabia nem ler! Fiquei louca: aquele menino estava aprendendo mais rápido do que eu e estava me ensinando! Depois que toda a minha família e meus alunos haviam experimentado, até os professores da Hidráulica estavam interessados (risos).

Adverso: O que aquela máquina provocou no aprendizado daquele menino e que serviria de parâmetro aos demais?

Léa: Esta é a grande virada. Em primeiro lugar, poder conversar com uma máquina, e poder dirigi-la. E o Karl Popper escrevia: “Não é um computador burro”. Hoje temos a exploração da máquina, mas com a liberdade da criança em explorar e tentar, errar... É isso que desafia a criança: ela erra, quer acertar, vai e repete. Quer, na verdade, dominar a máquina.

Adverso: Quem está utilizando a tecnologia hoje em sala de aula entende este processo?

Léa: É o que tentamos mostrar na formação dos professores. Mas não sei se eles estão desenvolvendo isto. Naquela época, tudo que a gente aplicava era o conhecimento de Piaget e como a criança se desenvolvia, apropriava-se da linguagem, interagia com a

máquina, que fazia o que a criança queria. Um dia reunimos mais crianças, todas muito carentes, e montamos um laboratório. Uma delas começou a riscar e riscar. Perguntei o que ela havia mandado o computador fazer. A menina disse que era uma toalha, em um aniversário. Questionei a razão do desenho, ao que ela rapidamente respondeu: “Estou de aniversário e lá em casa nunca teve um bolo.” Então, como a criação é livre, ela pode inventar. A criança se dá conta de que o que ela pensa pode ser “ensinado” ao computador.

Adverso: A senhora vê muito uso do computador para condicionar a criança?

Léa: Para tentar ensinar o conteúdo do livro. Vi que o ministro da Educação, Aloysio Mercadante, vai distribuir um tablet para cada professor do Ensino Médio. Serão milhões desses computadores. O docente poderá planejar a sua aula no tablet, fará consulta de bibliografia, e será dado um projetor a cada quatro turmas. O professor chegará na sala de aula com seu tablet, e fará a apresentação em um power point.

Adverso: Como avalia esta iniciativa?

Léa: Está toda errada. Os alunos estão passivos: não haverá interface para se comunicarem com o professor. Precisa ter os tablets, e não é o professor que vai ensinar o conteúdo como ele planejou (da cabeça dele), ainda desconhecendo como pensam 30 a 40 alunos. Ele vai expor o que está no livro, um conteúdo formal, sequencial. Sem interdisciplinariedade. Todo problema é interdisciplinar, tem sempre de pensar em algo que o estudante entende e quer pensar melhor e resolver. O professor dá tudo como ele pensou, o aluno repete, vai para casa, faz seu tema, e decora. O correto seria dar os tablets e deixar que os estudantes resolvessem, como tem feito uma aluna formada em Matemática, que está fazendo o doutorado na Ufrgs. Ela usa o conhecimento de Piaget: dá problemas aos alunos, que têm de solucionar uns ajudando os outros, por meio do Facebook. Eles inventam ou desdobram o problema em outro.

Adverso: Qual é a grande sacada em usar o estímulo que as ferramentas da tecnologia geram nos alunos?

Léa: Qual é o objetivo de todo o nosso ensino, desde o condicionamento operante? É o comportamento de repetir, decorar para adquirir e desenvolver condutas novas. O que está por trás da cultura do espaço

cartesiano é a percepção humana que funciona no tridimensional. Enxergo o que eu toco. Se não for concreto, não enxergo. Eu penso: é uma imagem que eu construí com os recursos do pensamento que às vezes pode não ter nada a ver com o concreto. A percepção, portanto, pode ser falha. O homem é o mais pobre nisso, e é escravo do mundo tridimensional. Ao pensar, opero com um símbolo que criei para recriar o concreto. A educação é toda baseada nisso. O maior salto da cultura da humanidade foi o papel e a escrita, que está no plano bidimensional. A aula é um contato com o mundo concreto e suas abstrações. E o que é uma tela do computador? É um espaço "n" dimensional!

Adverso: O que o computador possibilita que é novo?

Léa: Amplia a abstração. Toda a tecnologia que a humanidade inventou até hoje foi analógica, ou seja, semelhante ao que os sentidos percebem e busca ampliá-los. O computador oferece as condições para representar o pensamento. É possível digitar vários textos, que não se perdem. A riqueza está na tela. Fui recentemente a um aniversário de uma menina de dois anos, que pegou um tablet e começou a escolher o que queria. Hoje crianças de dez meses, um ano e meio fazem isso, e depois pegam uma revista e querem mexer na imagem com o dedo e não dá. Tudo vai ser comunicável, mas não através da percepção, mas da representação mental. A tecnologia digital (diferentemente da analógica - que é fazer o que já sabe) amplia os poderes cognitivos do homem.

Adverso: E qual é a aplicação desse novo meio na formação?

Léa: Deve ser usado para desenvolver o cérebro. Com as novas tecnologias, estão sendo descobertas novas células cerebrais, que funcionam e são diferentes das outras. Piaget viu tudo isso um século antes.

Adverso: Mas Piaget não é consenso entre os educadores.

Léa: Não, não é, porque é difícil de entendê-lo. As pessoas leem por meio de resumos feitos por outros, para compreender este suíço tem de conhecer lógica, fundamento de toda a comunicação. Depois disso, também toda a abstração. Até Piaget, era só a abstração (quando algebriza) e a generalização.

Adverso: Com a proliferação da tecnologia, o professor fica sem saber como usar estes recursos para ensinar?

Léa: Não, não acho que não saiba. O professor está contaminado por não tomar consciência de como pensa. Não sabe como agir, e nem como ele pensa. Trabalho um semestre inteiro até eles se darem conta de como estavam pensando.

Adverso: E como se começa a mudar isso?

Léa: Esta situação tem uma grande vantagem, que é a criança. Se o professor aprende a enxergar a criança, e se preocupa em pensar como ela, aprende com ela, pois a criança está livre, sem pré-conceitos - está em desenvolvimento. Se o professor se dá conta que também está em processo de aprendizado e tenta compreender como isso se dá com a criança, consegue mudar com mais facilidade.

Adverso: A Ufrgs criou o primeiro doutorado em informática na educação, único até hoje no País.



"A tecnologia digital amplia os poderes cognitivos do homem"

Quais são as contribuições desta formação?

Léa: Nem me fala, estou muita preocupada. Levamos dez anos para criar o curso, e muitos pensavam que era simplesmente introduzir a informática na escola, e não era nada disso. O ponto é a educação entrar na cultura digital. Quem descobriu isto foi o filósofo Pierre Lévy. É muito difícil, pois temos uma história de séculos formando professores. E as licenciaturas formam profissionais na lógica behaviorista, além disso tem a concepção de civilização: não saímos do capitalismo industrial. Ninguém resolverá o problema da humanidade e nem do Planeta com o atual modelo. Temos de evoluir. Os valores de hoje se limitam a ser bom técnico, trabalhar bem e ganhar dinheiro.

Adverso: A cultura digital pode mudar isso ou depende de como o homem se apropria da tecnologia?

Léa: Essa cultura vai mudar as crianças, o que já está acontecendo. Mas, se essa tecnologia tiver um viés de capitalismo industrial, vai atrapalhar. Há um atraso nos políticos e governantes que querem que o Ensino Médio desenvolva habilidades para jovens trabalharem no computador para produzir para as empresas. Mas o computador não é para aprender a pensar? A cultura digital muda a comunicação, a informação, os tempos e os espaços.

Adverso: A senhora disse que estava preocupada com o doutorado. Por quê?

Léa: Quando criamos a formação - eu com a Lucila Santarosa (da Educação Especial) e a Rosa Maria Vicari (da inteligência artificial), passamos dez anos buscando reconhecimento da Capes. A ideia era trazer diversas formações. Criei uma disciplina obrigatória sobre Piaget. Hoje há um grupo de professores entrando que é contra. Porque não o conhecem, são contra. Não digo que ele é unânime. O Piaget criou o construtivismo, com a ideia de que o ser humano constrói o conhecimento. Mas há hoje um viés behaviorista. Propus, então, que fizéssemos um seminário para discutir estes modelos, pois a qualidade está decaindo.

Adverso: A senhora avalia uma aposentadoria definitiva dessa lida de universidade?

Léa: (Reflete). Atualmente estou formando mais seis professores do Instituto Federal (IFRS) e vamos

fazer a formação dos professores do Estado. Serão seis mil professores para educar no uso do tablet. Em 2010, o então presidente Lula foi visitar uma escola em Pirai (RJ) e questionou uma aluna se ela estava contente com os computadores. A garota respondeu: "Estou muito feliz, e não só eu, todos nós. Estamos contentes, porque agora vamos ganhar conhecimento". Ela falou isso (risos). O presidente saiu dali e mandou abrir uma linha de financiamento do Bndes para os prefeitos comprarem tablets para as escolas municipais.

Adverso: Então, a base da tecnologia está pronta.

Léa: Não, a base fundamental é a velocidade da internet. Quando a operadora Oi prometeu que ia colocar a alta velocidade não o fez. Hoje temos os computadores, mas quando os alunos vão entrar na rede, a internet cai. Estamos pedindo para a Secretaria Estadual da Educação, mas a Procergs não dá conta das necessidades. Se este acesso à banda larga for resolvido, abre-se o mundo.

Adverso: Como a senhora avalia o uso das TICs no ensino na universidade?

Léa: Precisa mudar antes a forma sequencial de aprendizado. No Aplicação, que tem bolsistas de licenciaturas, perguntei a um aluno da Geografia se ele usava computador para as aulas. Ele respondeu que trabalhava em casa, nas tarefas da faculdade. Não usar as TICs nas licenciaturas é o pior de tudo, pois os futuros profissionais vão formar as crianças de amanhã. Ao mesmo tempo temos hoje a neurociência, que tenta desvendar o cérebro do professor e do aluno. Isso vai abalar.

Adverso: A senhora acredita no potencial colaborativo das TICs?

Léa: Por exemplo, faço um jogo ou uma solução e alguém me pede para copiar ou utilizar. Eu permito, pois se outro começar a usar eu não perco. Se cheguei neste nível de conhecimento, posso repassar a todos, que ele não se perde. É besteira essa história de propriedade intelectual. E tem uma vantagem: faço pensando em uma solução, e aí a pessoa vem com outra aplicação, que amplia, então eu também ganhei! É o que Jesus disse: Dai e recebereis. Conhecimento que se construiu nunca mais se perde. Isso aprendi com Piaget. ☺

Tradução inovadora descortina clássico

Romeu e Julieta

por Ana Esteves

Depois de transitar com MacBeth – tragédia por excelência da ambição humana – pelos podres do reino da Dinamarca; fazer uma incursão pela história da Inglaterra, em Hamlet; e trabalhar com Eduardo III, o professor Elvio Funck lança mais uma tradução de um clássico de William Shakespeare: trata-se de uma versão inovadora de Romeu e Julieta, usando recursos de interlinearidade, que une o texto original, em inglês, a tradução, e notas de rodapé superexplicativas e muito ilustrativas do texto original. O trabalho com as obras do dramaturgo inglês surgiu pela curiosidade e vontade de mergulhar a fundo em um texto multissecular e sempre novo.

Aposentado da Ufrgs, onde fez parte da Comissão de Formação de Mestrado em Letras Anglo-germânicas e foi coordenador do curso de Pós-graduação em Letras, Funk é doutor em Literatura Inglesa e mestre em Foreign Language Education pela Texas University. Também tem pós-doutorado na University of South Florida. O professor conta que a opção por Shakespeare também está ligada à disposição gráfica de suas peças que, segundo Funk, se presta para a tradução interlinear por um motivo prático: o leitor pode mais facilmente – com um simples movimento de olhos – seguir a linha vernácula e a original em inglês. “Além disso, ao traduzir, fico mais amarrado ao texto fonte, o que não permite que eu me afaste muito de uma certa literalidade, tentando não sacrificar a boa fluência do vernáculo. A tradução interlinear me parece mais fácil do que o texto bilíngue, com o inglês na página da esquerda e o português na da direita. Graficamente, é também um sistema mais prático e econômico para a colocação das notas de pé de página”, esclarece.

O leitor que mergulha no universo de Romeu e Julieta traduzido por Funk tem a oportunidade de acessar notas de rodapé que esclarecem algumas passagens consideradas obscuras da obra. Além disso, esta ferramenta apresenta explicações históricas que iluminam o texto, desvendam duplos sentidos, geralmente intraduzíveis, e esclarecem certas evoluções semânticas. O tradutor dá três exemplos da utilidade das notas: o primeiro deles, em termos históricos. No início da peça, um dos personagens cita a expressão “dar a parede”, que era indicativo de respeito por uma pessoa. “Dava-se a parede” para uma mulher ou para as pessoas mais dignas. Qual o sentido disso? Funk explica que, na Londres de Shakespeare, as ruas eram muito estreitas, em forma de V, em cujo vértice corria o esgoto a céu aberto, no qual milhares de dejetos humanos eram despejados diariamente. “Quem ficava perto da parede corria menos risco



Funck já traduziu vários livros de Shakespeare

de pisar nas imundícies do esgoto”. Já no que diz respeito à evolução semântica, o tradutor cita a palavra *nice*, que aparece na peça. “Hoje em dia, *nice*, em geral, tem sentido positivo, “bom, bem, legal”. Na época de Shakespeare, porém, esta palavra estava mais próxima à sua raiz latina *nescire*, “ignorar”, que deu “néscio” em português; portanto, *nice*, em Romeu e Julieta, significa “ignorante, tolo”.

Os duplos sentidos proliferam em Romeu e Julieta, talvez uma das peças mais “indecentes” de Shakespeare, tanto que, em 1818, em um surto de pruridos vitorianos, o Dr. Thomas Bowdler publicou o seu Family Shakespeare, no qual omite dezenas de linhas de Romeu, de Mercúcio e da Ama. “Dou como exemplos as palavras *circle* (círculo) e *spirit* (espírito), expressões tão inocentes, mas que em certos contextos de Romeu e Julieta e de outras peças da época conotavam, respectivamente ‘vagina’ e ‘pênis’, ‘esperma’. Evidentemente, a maioria dos tradutores, respeitando os leitores brasileiros, evitam, com razão,

esta conotação, mas uma nota de pé de página, sem dúvida, deixa o texto mais iluminado”, esclarece o tradutor.

Polêmica sobre o autor inglês

Sobre a questão da controvérsia existente, no que se refere à autoria das obras ditas de Shakespeare, Funck afirma que nunca será resolvida. Na opinião dele, sabemos muito pouco sobre William Shakespeare, “muito pouco mesmo”, reforça. O especialista cita o filme Anonymous, que levou para a telona a polêmica sobre o autor inglês, o que “colocou mais lenha nesta fogueira e causou forte frisson junto aos shakespeareanos”, observa. Não são poucos os estudiosos que defendem que o autor não poderia ter tido base humanística para escrever tão bem sobre a condição do homem em suas 40 peças e 154 sonetos de grande peso em conteúdo e forma – considerando a pouca escolaridade de Shakespeare, que não teria frequentado nem Oxford nem Cambridge, ao contrário de seus contemporâneos, como Ben Jonson, Marlowe e Donne. Hoje se sabe, inclusive por análises computacionais, que as obras ditas de Shakespeare foram escritas por um só homem, mas a pergunta é: quem? “A probabilidade histórica de que tenha sido Shakespeare mesmo é muito forte, mas sempre fica uma dúvida. No fundo, não tem a menor importância, pois a obra está aí, sendo publicada e republicada há mais de 400 anos. Há textos valiosíssimos na literatura inglesa, como Sir Gawain e Piers Plowman, que ninguém sabe quem escreveu e estão aí para nos alegrar”, defende Funck.

O tradutor afirma que, ao trabalhar com a interlinearidade, busca também dar sua colaboração para que o texto do dramaturgo inglês fique mais claro e mais acessível ao público em geral. Ele conta que tem percebido boas reações dos leitores frente à técnica. “E isso me dá ainda mais entusiasmo por elas e a vontade de que ajudem a popularizar Shakespeare um pouco mais. Percebo que nem a classe culta é muito fã de Shakespeare. Quem sabe minhas traduções levem pelo menos os professores a se aproximarem mais destes textos de mais de 400 anos que, por terem vencido o teste do tempo, certamente têm alguma coisa a dizer. É verdade que uma tradução sempre é um mal menor, mas não seria pior se não tivéssemos as traduções dos grandes clássicos?”, questiona.

Sobre a triste realidade dos baixos índices de leitura entre os brasileiros, Funck dispara: “a resposta é simples: o Brasil ainda é analfabeto. Nunca se meteu o dedo pra valer na ferida da educação no nosso país. Estamos em 88º lugar no ranking de educação da Unesco e acho que isso explica muita coisa que por aqui acontece. Qualquer pessoa que corrigisse uma redação de vestibular ficaria apavorada. Como pode alguém escrever tão mal depois de 12 ou mais anos de aulas de Português? Algo está errado”, dispara. “Acho que, em comparação com outros países, os livros também são muito caros no Brasil. Para falar bem a verdade, nem sei bem o que se pode fazer para que se leia mais. Baratear os livros? Aumentar o número de aulas de Português? Pagar melhor os professores? Enfim...”



“Percebo que nem a classe culta é fã do autor. Quem sabe meu trabalho leve ao menos os professores a se aproximarem dos textos”

O tradutor, que por muitos anos foi professor, afirma que famílias que têm uma pequena biblioteca, nas quais os filhos, desde pequenos, veem que os pais leem, são excelentes núcleos formadores de leitores. “Ali há crianças e jovens que não ficam apenas assistindo televisão. É claro, há exceções, mas a regra é forte. Quando os filhos destes núcleos começam a ir para a escola, já vão com esta retaguarda literária no subconsciente e não irão ver livros pela primeira vez no ambiente escolar”, opina.

Produção intensa do tradutor

Funck também lançou recentemente o livro Breve História da Inglaterra, que assim como Romeu e Julieta, foi publicado pela Movimento-Unisc, em outubro de 2012. O livro traz uma visão panorâmica da evolução histórica da Inglaterra balizada nos 34 reis e seis rainhas que reinaram desde Guilherme o Conquistador (1066) até Elisabeth II, que é a quadragésima descendente do conquistador franco-normando. A obra procura dar destaque a fatos históricos de maior relevância, bem como enfatizar aspectos literários e culturais ali inseridos, como a lenta evolução da democracia na ilha inglesa, desde os reis de poder absoluto até o parlamentarismo atual. Sobre os projetos que devem sair do forno em breve, o tradutor revela estar com várias peças em preparação e promete, para o início de 2013 o lançamento de outros dois clássicos de Shakespeare: Rei Lear e O Mercador de Veneza. 📖

O presidente João Goulart e o Carnaval

por **Lílian Marlene Sudbrack Gama**, professora aposentada de História e Sociologia da Ufrgs

No início dos anos 1950, meu pai foi transferido para a cidade de São Borja, onde assumiu a chefia da Viação Férrea.

Adolescente, conheci pessoas que seriam ícones da história do Brasil: João Belchior Marques Goulart, o “Anjo Negro”; Gregório Fortunato; e o menino Tarso Genro, hoje governador do Rio Grande do Sul. Ainda assisti o presidente Getúlio Vargas discursar em comício na praça de São Borja.

Na época, fui matriculada no Ginásio Estadual de São Borja, onde o diretor era o professor de Português Adelmo Genro, que residia no prédio do colégio com sua família. Daí, nós alunos, encontramos com seus filhos que por ali transitavam.

Para ser fiel ao título, Jango, como era chamado – ainda ministro do Trabalho – já fora eleito deputado estadual e federal. E naquele tempo ele havia regressado a São Borja, para passar o Carnaval com amigos e familiares. Era jovem solteiro, alegre, e gostava de participar dos festejos carnavalescos na terra natal.

Em uma noite de Carnaval, Jango convidou algumas das autoridades locais e egressas de Porto Alegre para uma pequena recepção na residência de sua família. Sua mãe, dona Vicentina, fazia as honras da casa. Acompanhei meus pais.

A residência da família Goulart era localizada na rua Aparício Mariense, em frente ao Clube Comercial. Na mesma rua, há uma quadra de distância, situava-se o Bar e Sorveteria da Georgina e da Jucelina, personagens que lideravam o Clube Esperança, frequentado pelos afro-descendentes.

Naquela noite haveriam muitos bailes nos clubes da cidade. Saímos da casa dos Goulart e nos dirigimos para a frente do Comercial, para assistir o desfile de rua. Passado um tempo, surge o pessoal do Clube Esperança: à frente, puxando o bloco, vinham Georgina, Jango, e Jucelina, abraçados. Todos entraram no Clube, fizeram evoluções no salão e se retiraram.

À época, se comentava que os sócios do Comercial não aprovavam essas incursões de outras etnias. Mas, surpreendente mesmo foi a reação das pessoas postadas junto à calçada: muitos aplaudiam, mas a maioria reprovava com exclamações de espanto que o ministro do Trabalho ousava se misturar aos destituídos de poder. “Que pouca vergonha!” “O ministro!”, bradavam.

No Clube, o primeiro folião que encontramos foi o professor Adelmo Genro, pai do atual governador, fantasiado de aluno. Ele militava nas hostes do Partido Trabalhista Brasileiro. Logo depois, Jango retornou e já sambava no salão com a linda Maria Teresa, futura primeira dama do Brasil. Durante os dias de Carnaval, ele costumava desfilar de Jeep, do Centro até o bairro do Passo, jogando confete e serpentinas sobre os outros foliões. Frequentava também os clubes Fraternidade e Recreativo, que funcionavam no bairro do Passo.

Jango era um líder social, afável e generoso no trato com os humildes. Visto com receio pela classe dominante, que temia perder seus privilégios, foi golpeado pela extrema direita civil e militar em abril de 1964.



Comunidade do Campus do Vale da Ufrgs clama por segurança

Medidas tomadas pela Universidade para diminuir índices de criminalidade são consideradas insuficientes por quem trabalha e estuda no local

por **Adriana Lampert**

Patrícia Comunello



Alexandra Lazzarini foi assaltada por três homens em uma parada de ônibus, nas dependências da Universidade

“Passa o celular, senão eu vou te dar um tiro na cara!” A frase gerou um sobressalto da estudante de Ciências Sociais, Alexandra Lazzarini, que no mesmo instante ouviu a arma engatilhar e uma nova intimação do homem que segurava o revólver: “Passa o celular!” Imediatamente, ela entregou o telefone, e só então percebeu que estava cercada por três assaltantes. Eram 21h50min de uma terça-feira de outubro do ano passado, e a parada de ônibus onde o crime aconteceu – localizada na entrada do Campus do Vale da Ufrgs – estava lotada. Além de Alexandra, os bandidos abordaram um rapaz, de quem roubaram uma mochila, e uma moça, de quem levaram o celular. “Eles foram muito discretos, ninguém mais viu. Depois viraram as costas e saíram caminhando tranquilamente em direção à vila (Santa Isabel) situada ao lado do Campus”, conta a estudante. Histórias como esta não são novidade para professores, funcionários e alunos do maior campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por onde circulam diariamente em torno de 30 mil pessoas. Isso não significa que a violência não assuste: “Por um movimento

a mais, eu poderia ter morrido”, frisa Alexandra, que – mais do que medo – tem sentido indignação com esta realidade.

A perda material não contou, garante a estudante de Ciências Sociais. “Mas toda a abordagem: o fato de serem três homens, armados, e de terem engatilhado a arma por que me assustei e num impulso coloquei o corpo para trás, é muito grave”, ressalta. “São fatos que demonstram que está na hora da Reitoria tomar uma atitude em relação à total insegurança do Campus do Vale”, opina Alexandra. Ela não está sozinha: o assunto já foi até tema de seminário dentro da Universidade. “São muitas as histórias de assalto e casos de violência no local. Funcionários, alunos e professores admitem que não se sentem seguros”, comenta uma docente que trabalha no prédio da Biociências há 12 anos, e que prefere não se identificar. “Nesta última década, a vila ao lado cresceu alucinadamente, e o problema de insegurança piorou. Ali há traficantes, que formam uma vizinhança atribulada”, completa. Ela pondera que “são situações semelhantes às que ocorrem em toda a Capital”. ➤

De acordo com a professora de Biociências, as coisas já melhoraram. “Antes era mais deserto. Houve época que roubavam equipamentos dos laboratórios da Universidade.” A preocupação com o tema segurança nos campi das instituições federais de ensino já rendeu matéria especial na revista *Adverso* (págs 13 a 16 da edição 195). E a docente do Biociências ressalta que ainda há problemas no maior campus da Ufrgs, principalmente para quem precisa andar a pé. “Existe uma escadaria soturna que liga o Setor 4 ao terminal de ônibus, onde já aconteceram muitos assaltos e até estupros”, conta. Segundo a professora, seus alunos se defendem como podem: descem as escadas de bando, ou esperam quem tem carro, para pegar uma carona até o terminal.

A situação é mais sinistra nas sextas-feiras à noite e aos sábados à tarde, quando há aulas no prédio e os estudantes precisam circular pelo local, muitas vezes portando laptops e outros objetos de valor. “Fica deserto nestes dias. Tem um ônibus que faz a linha circular, mas não é frequente. E a própria parada para esperar este veículo é solitária”, descreve a professora. Mas, em seguida, ela absolve a administração: “Há seguranças da Rudder, que trabalham 24 horas no Campus. Eles cuidam da gente (professores do Biociências), nosso prédio fica bem perto da sala dos guardas, isso nos dá mais tranquilidade.” Mas além do Setor 4, há vida em trânsito no extenso território do Vale. Desde a integridade física ameaçada, passando por riscos de perder o patrimônio (no caso de quem usa carro), até o fato de ser surpreendido com um furto de celular, motivos não faltam para que a comunidade acadêmica se mobilize.

O próprio patrimônio da Universidade é alvo do crime: de acordo com o departamento de Comunicação Social da Polícia Federal (PF) no Rio Grande do Sul (órgão responsável pelo policiamento judiciário da União, que atua em casos de danos materiais da Universidade ou danos aos servidores em exercício de sua função), foram instaurados 19 inquéritos policiais no ano de 2011 e outros dez no decorrer de 2012, “em sua maioria, para apurar furto de equipamentos e outros patrimônios da Ufrgs.” No entanto, não foi informado quantos destes casos ocorreram no Campus do Vale, uma vez que os dados se referem à toda Universidade e suas diversas unidades na região de Porto Alegre.

Casos de abuso sexual são recorrentes

Na mesma semana em que Alexandra foi assaltada, uma marcha organizada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), clamava por segurança das mulheres nas dependências da Universidade. De acordo com o diretor do Departamento de Inteligência da Secretaria Estadual de Segurança Pública, Nedson Ramos de Oliveira, somente em 2012 ocorreram dois casos de estupro tentados e um consumado dentro da Instituição. Uma das vítimas é funcionária terceirizada da Ufrgs. Ela foi agredida a socos, desmaiou, e acordou sem as roupas, amarrada por fios de telefone em uma árvore de um matagal do interior do Campus. O crime aconteceu em plena luz do dia, às 10h, e é recorrente.

O coordenador de Segurança da Universidade, Daniel Pereira, revela que a primeira notícia de estupro no Vale foi em 2005. A vítima foi uma senhora que caminhava no local por volta das 7h, em época de férias da Instituição. Aproximadamente 15 dias após o ocorrido, o criminoso foi preso em um parque da Capital, atentando contra uma jovem que passava por ali em direção ao trabalho. “Após este fato, somente em 2012 é que tivemos dois registros de violência contra mulher”, abranda Pereira. “Um caso ocorreu em meados do ano passado, também se tratando de uma senhora que caminhava sozinha no anel viário, em horário de pouca movimentação. Ela foi abordada e, sob ameaça de arma, teria entrado em um veículo, e, após, deixada no município de Viamão. Não houve testemunhas do fato e nem confirmação de estupro no âmbito da Ufrgs.” O coordenador informa que, passados 20 dias, o agressor apareceu morto na Lomba do Pinheiro.

“Em outubro de 2012, tivemos um roubo com tentativa de estupro, no qual o indivíduo acabou sendo preso em dezembro do mesmo ano”, emenda Pereira, afirmando que a equipe de vigilantes concursados e seguranças terceirizados “atua de forma pró-ativa na tentativa de evitar ocorrências”. “Efetuamos monitoramento, detenções e registros. Faz parte da rotina devolver objetos e documentos achados e perdidos, atender ocorrências, prestar assistência e fazer diligências. Também é feito o acompanhamento de pessoas da comunidade universitária em saídas de campo, em formaturas, em restaurantes universitários, entre outros locais.”

Veículos de usuários na mira dos assaltantes

Ainda conforme o coordenador de Segurança da Ufrgs, as ocorrências mais frequentes são de furto e roubo de veículos. “Em 2007, foram seis carros, o número caiu para quatro em 2008, três em 2009 e um em 2010. Nos últimos dois anos não houve registro deste tipo de ocorrência.” Mas os casos relacionados, apesar de não serem levados à polícia, continuam acontecendo. No final de março do ano passado, o funcionário do Núcleo de Suporte à CAD (NSCAD), Frederi-



Laydner foi abordado por dois assaltantes, quando entrava em seu carro, em um dos estacionamento do Campus do Vale

Divulgação / Arquivo pessoal

co Pereira Laydner, enfrentou dois bandidos, que tentaram levar seu carro, no estacionamento aberto atrás do prédio da Biologia – que acompanha o trecho nordeste do anel viário do Campus do Vale. Eram 19h em ponto e recém caía a noite.

“Quando eu estava entrando no automóvel, um sujeito se aproximou com um skate na mão, e me ordenou que eu entregasse as chaves do carro. Resisti, pois não vi nenhum tipo de arma com ele”, conta Laydner, que se arriscou: entrou rápido no veículo e tentou dar a partida. Foi quando o assaltante abriu a porta. “Eu segurei com força, impedindo que ele entrasse. Após alguns segundos brigando para fechar a porta do carro, percebi que outro homem saía dos arbustos do lado interno do anel viário.” Segundo o funcionário do NSCAD, o primeiro criminoso pôs a mão na cintura, ameaçando sacar uma arma. “Me desesperei, empurrei a porta e saí correndo morro acima em direção à guarita do estacionamento dos professores, gritando por ajuda. Olhei para trás e vi que os dois assaltantes estavam fugindo morro abaixo, em direção à parada de ônibus e ao acesso para pedestres.”

Na guarita, apesar de existir um segurança da empresa Rudder, ninguém pode ir atrás dos assaltantes, nem mesmo comunicar via rádio com agilidade para os guardas da parada de ônibus tentarem capturar os bandidos, reclama Laydner. “Somente após 15 minutos, um agente da segurança federal da Ufrgs apareceu e tentou buscar os criminosos, obviamente sem sucesso. A essa altura eles já deviam estar muito longe do Campus.” Assim como a estudante de Ciências Sociais, que após ser assaltada na parada de ônibus, procurou a Reitoria e a chefia de Segurança da Universidade, o funcionário da NSCAD afirma que levou a conhecimento da administração da Ufrgs a tentativa de roubo do seu carro. “Justificaram que não existia equipe de segurança naquele estacionamento, pois há câmeras de monitoramento no local. Sinceramente, até hoje (10 meses após o ocorrido) ainda não descobri onde estão estes equipamentos, e nem consigo compreender porque eu tive de chamar a segurança após a tentativa de assalto, se estava sendo vigiado por câmeras”, dispara Laydner. “Se existem câmeras, não acredito que tenha alguém acompanhando o que passa nelas. Na minha opinião, ter câmera para assistir o assalto depois de consumado é a mesma coisa que não ter este recurso.”

Muito já foi feito, diz o reitor

O reitor da Ufrgs, Carlos Alexandre Netto, frisa que “a segurança é uma preocupação constante não só na Universidade, mas no mundo todo”. “Nós investimos constantemente neste sentido, e temos equipe muito qualificada”, argumenta. Netto lembra que somente em 2009, a Universidade desembolsou mais de R\$1 milhão no sistema de monitoramento por câmeras, que operam 24 horas. “Também disponibilizamos um ônibus para circular gratuitamente em diversas áreas do Campus do Vale, para que os alunos não andem a pé.” O gestor afirma que a Ufrgs gasta, em média, R\$ 350 mil por ano com veículos, uniformes, coletes à prova de balas, manutenção de equipamentos, pagamento de taxas (para armas e rádios), seguros e combustível dos veículos, entre outros.

Muito já foi feito, aponta o reitor: “Há dois anos, realizamos o cercamento e recuperação de passagens do Campus, buscando melhorar a segurança de todos que ali transitam”, destaca. Os principais acessos foram delimitados ao longo de toda extensão, junto à avenida Bento Gonçalves, em Porto Alegre, e na divisa com a Vila Santa Isabel, em Viamão. Netto admite que a área coberta de vegetação nativa presente no Campus “traz preocupações” quanto à integridade dos usuários da Universidade, mas salienta que “as ocorrências têm se reduzido”.

“Sabemos que algumas pessoas não registram queixa na polícia, mas houve quatro casos de roubo em 2011, por exemplo, que foram resolvidos, com a identificação dos autores”, diz o gestor, lembrando que a Ufrgs não tem força policial. Ele acredita que a Instituição está fazendo seu papel, “atuando preventivamente na segurança pessoal e patrimonial”. O reitor reforça que o quadro formado por vigilantes universitários (51%) e guardas terceirizados (49% restante) é preparado para prevenir ocorrências como roubo de carros com o auxílio do monitoramento.

O chefe da Segurança complementa que nos últimos quatro anos, o efetivo de terceirizados aumentou em 14,5%, e o número de postos de vigilância da Rudder passou de 130 (em 2007) para 188 (em 2012). Ainda segundo o coordenador, foi ampliado o número de porteiros e garagistas, a fim de cuidar dos prédios e estacionamentos.



Reitor da Ufrgs destaca que os investimentos em segurança são constantes

Custos da Ufrgs com segurança terceirizada

ANO	MONTANTE
2008	R\$ 5.841.798,44
2009	R\$ 6.738.444,93
2010	R\$ 7.589.420,06
2011	R\$ 8.653.971,59
2012	R\$ 10.517.932,37

Comunidade acadêmica busca alternativas

Frederico Laydner e Alexandra Lazzarini, que assim como “tantos outros” usuários do Campus do Vale, estiveram expostos à violência de criminosos, apontam que seu descontentamento se dá principalmente pelo fato de saber que “nada foi feito” após o conhecimento dos gestores da Universidade. “Na minha opinião, há descaso”, alfineta a estudante, que além de procurar a Reitoria e a coordenação da Segurança, deu queixa em uma delegacia de polícia, e ainda articulou para que uma Audiência Pública – promovida em conjunto pelas comissões de Cidadania e Direitos Humanos; de Segurança e Serviços Públicos; e de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia – ocorresse no dia 17 de dezembro, na Assembleia Legislativa, em busca de soluções para a insegurança do local.

O encontro foi presidido pelo deputado Mano Changes (PP), e contou com a participação de representantes da Adufrgs-Sindical, Assufrgs (Associação dos Servidores da Ufrgs), DCE e APG (Associação de Pós-graduandos) da Ufrgs, Polícia Civil, Brigada Militar e Associação de Amigos e Moradores do Jardim Universitário (bairro situado dentro da Vila Santa Isabel, em Viamão).

A presidente da Adufrgs-Sindical, Maria Luiza Ambros von Holleben, que participou da Audiência Pública, destacou a necessidade de realizar um trabalho conjunto com a Universidade, e também reforçar a responsabilidade de cada um nas questões que envolvem a violência em toda a sociedade. Ela lembrou que a maior parte dos professores representados pelo Sindicato trabalha no local. “Há dois anos atrás, houve até um assassinato ali”, lembrou a dirigente, sublinhando a gravidade do assunto.

Quase unânime entre os presentes, a proposta de que a Ufrgs abra concurso para seguranças universitários ficou de ser trabalhada por um Grupo de Trabalho (GT), constituído a partir da Audiência. O mesmo se propõe a buscar soluções emergenciais, bem como apresentar um plano de segurança a longo prazo para a Instituição. Alexandra irá participar dos trabalhos. Ela não acredita que “apenas” aumentando o efetivo da segurança universitária seja

suficiente. “No meu ponto de vista, isso é um problema público: só vai se resolver com a Brigada Militar”, diz a estudante, que sugere que a Ufrgs feche um convênio com a BM, “ou com outro tipo de polícia”. Durante a Audiência na Assembleia, ela entregou um documento com mais de 1.100 assinaturas a favor da presença da BM no Campus do Vale.

Na ocasião, a tenente-coronel Nádia Gerhard, comandante do 19º Batalhão de Polícia Militar (BPM), destacou que a corporação realizou recentemente uma reunião com a segurança da Universidade para tomar conhecimento da situação e estudar medidas para tranquilizar o dia a dia das pessoas que frequentam a Instituição. “Queremos ser parceiros e auxiliar a Ufrgs na melhoria da segurança.” Nádia apontou que “há quem prefira que a polícia não entre na Universidade”. Um dos empecilhos para a atuação de policiais militares, além da questão de jurisdição (por ser federal, a Ufrgs está atrelada à PF), é a reprovação de alguns estudantes que, segundo boatos, costumam fumar maconha no local.

“Para falar de segurança, deve-se fazer em todos os níveis, inclusive os mais frágeis, como furto de celular e posse de entorpecentes”, advertiu a comandante do 19º BPM, afirmando que os pequenos crimes dão abertura para casos mais graves, inclusive de atentado à vida. A policial ainda lembrou que a “falta de iluminação no Campus é grave”. “Isso deve ser incitado junto à Reitoria: vale a pena ter um pouco de gasto, para preservar a vida de quem está ali dentro.” “Não queremos a Brigada Militar no Campus, não por questões de contravenção, mas de expressão de ideais”, rebateu a estudante Geórgia Manfroi Pinto, durante sua fala na Audiência. “É comum manifestações diversas, por parte dos alunos, e, em geral, a polícia militar é usada para coação destes atos, como foi no caso da passeata envolvendo a instalação do Parque Tecnológico da Ufrgs, onde a BM foi chamada para repressão física dos estudantes”, completou.

Sublinhando que os problemas com violência e crimes no Campus do Vale são “crescentes”, a coordenadora do DCE da Ufrgs, Nathália Bittencourt, sugeriu durante a Audiência o estudo e a implementação de um plano de segurança. A representante do DCE defendeu ainda a contratação de seguranças universitários, cargo para o qual não se oferece concurso desde 1994. “Sabemos que estes são profissionais preparados para lidar com a comunidade acadêmica”, argumentou Nathália. Ela deixou claro que não concorda com a presença da BM. “Temos que refletir sobre o ‘tipo’ de segurança que queremos para a Universidade.” A coordenadora geral da Assufrgs, Bernadete Menezes, observou que o atual quadro de seguranças universitários é “reduzido, com média de idade altíssima, porque a função está em extinção, devido a um entendimento errôneo do governo federal”.

O presidente do Conselho de Representantes da Adufrgs, Eduardo Rolim de Oliveira, falou que ministra aulas no Campus e concorda que o local é inseguro, principalmente à noite: “É problemático sair e pegar ônibus ali, como eu geralmente faço. Sabemos que

Funções do GT em prol de mais segurança na Ufrgs

- Potencializar o trabalho para realização de concurso para seguranças universitários
- Debater com universidades privadas métodos preventivos de segurança
- Criar um plano emergencial de segurança para o Campus do Vale
- Analisar o contrato de prestação de serviços de empresas de segurança que atuam no Campus do Vale
- Estudar a possibilidade de um convênio entre Polícia Federal, Polícia Civil e Brigada Militar para melhoria da segurança no Campus do Vale

existe problema de tráfico de drogas ao redor. E quando isso ocorre, traz consequências graves. Neste sentido, o contexto é complicado.” Em sua fala na Audiência, Rolim lembrou que além da comunidade acadêmica, também os moradores da Vila Santa Isabel utilizam de 4 a 5 linhas de ônibus que circulam dentro do Vale. “Mas não podemos impedir que estas linhas atendam à população do município vizinho, isso seria uma injustiça social”, advertiu o conselheiro da Adufrgs, ponderando: “Queremos segurança, sem a perda da autonomia e sem histerias. Esperamos que a Assembleia Legislativa e autoridades policiais possam nos ajudar.”

“Acho que não é o caso de ter a polícia militar no Campus”, opina o reitor Carlos Alexandre Netto. Ele não participou da Audiência, e “não acredita que haja evidência para policiamento ostensivo” nas dependências da Universidade. “Pelo número de ocorrências e atendimentos que temos, não há elementos para isso.” Netto ainda afirma que periodicamente todas as gestões têm investido na iluminação do Vale. “Como o local é grande, acaba tendo degradação, mas se houver uma necessidade específica, basta que a sociedade informe, que a Universidade irá providenciar o aumento da iluminação ou até das câmeras de segurança.”

Associação do entorno “está no mesmo barco”

Boa parte das pessoas que moram no Jardim Universitário, bairro da Vila Santa Isabel, em Viamão (apontada com um dos motivos para a criminalidade no Vale) é constituída de estudantes, professores e funcionários da Ufrgs, diz o presidente da Associação de Amigos e Moradores do Jardim Universitário, Jessé Sangalli de Mello. “Por isso o nome”, ressalta o dirigente, que é estudante de Engenharia Mecânica da Universidade. Ele afirma que o bairro também sofre o problema de insegurança que abala o maior campus da Ufrgs, e que os moradores, por frequentarem o espaço, também são alvo da violência.

A Associação chegou a criar um grupo de trabalho (anterior ao implementado no parlamento gaúcho) para discutir a insegurança da região. “Diferentemente do que alguns estudantes acham, não somos contra o cercamento da Universidade. O mesmo proporcionou mais tranquilidade para nossa comunidade, principalmente na parte da parada de ônibus (com o caminho tendo ficado afunilado) e a travessia das escadarias que dão acesso ao terminal. Agora, sabemos que não seremos abordados, como acontecia antes.”

Mello comenta que procurou a coordenação de Segurança da Ufrgs para apresentar cinco pontos que, segundo o GT que debate o assunto dentro da Associação, podem contribuir para diminuir com a criminalidade no entorno. “Nos alegaram que os relatos de insegurança dentro da Universidade não são suficientes para comprovar o risco a que as pessoas que se utilizam da Ufrgs estão expostas. Disseram que somente casos com boletim de ocorrência podem servir para estatísticas”, lamenta o estudante, concluindo que, com esta resposta, a entidade ficou “sem argumento”, pois não sabe como buscar estas informações, nem se existem dados completos e



Mello procurou a coordenação da Segurança da Instituição para apresentar proposta da Associação de Amigos e Moradores do Jardim Universitário

atualizados. Conforme Mello, o coordenador da Segurança da Ufrgs ainda teria dito que “o único caso de estupro confirmado teve ‘somente’ a abordagem da vítima dentro do Campus do Vale, e foi consumado fora das dependências da Universidade. “Senti grande indignação ao escutar essas palavras. Como se, pelo fato de o estupro não ter sido consumado no Campus isentasse a Ufrgs de qualquer responsabilidade.”

Proposta da Associação de Amigos e Moradores do Jardim Universitário

- Reorganização e reestruturação do Campus do Vale, conjugada com melhor iluminação de todo o território
- Mapeamento dos pontos críticos com participação dos estudantes, funcionários e professores
- Implementação de infraestrutura no caminho do Centro de Geologia até oanel viário
- Construção de guaritas de vigilância em pontos identificados estratégicos
- Ocupação do Campus, ao invés de isolamento, integrando a comunidade, que passaria a ter acesso a serviços públicos, como instituições bancárias que funcionam no local

Fabico elabora projeto de pesquisa com instituição espanhola

por Michelle Rolante



A professora Ida Regina Stumpf pretende reunir pesquisa conjunta entre Brasil e Espanha, produzida entre 2006 e 2011

Com o título Estudo da Produção Científica em Colaboração entre Brasil e Espanha – Características e Impactos na Produção Conjunta, um projeto de pesquisa elaborado pela Faculdade de Comunicação Social (Fabico) da Ufrgs pretende investigar toda a produção conjunta dos dois países no período compreendido entre 2006 e 2011. A ideia partiu da professora Ida Regina Stumpf, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCom) da Fabico. Ela conta que fez um estágio de pós-doutorado no Laboratório de Estudos Métricos da Informação na Universidade Carlos III, em Madrid na Espanha, onde trabalhou com o professor espanhol Elias Sanz Casado, e tomou conhecimento do Programa Capes DGU, que tem como objetivo apoiar projetos conjuntos de pesquisa e co-operação científica das instituições de ensino superior do Brasil e da Espanha, que promovam a formação em nível de pós-graduação (doutorado sanduíche e pós-doutorado) e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores.

Programa Capes-DGU

Benefícios:

- Bolsas de estudo em nível de doutorado-sanduíche e pós-doutorado
- Passagens aéreas internacionais e diárias para a equipe brasileira na Espanha, nos termos das normas vigentes da Capes
- Custeio de atividades correntes para a equipe brasileira (valor máximo de R\$ 10 mil)

Duração dos projetos:

2 anos (prorrogáveis por mais 2)

O programa é uma cooperação entre universidades do Brasil e Espanha e tem um edital anual que é publicado pela Capes e pelo Ministério de Educação espanhol. “Enquanto eu estava lá, foi publicado um edital da Capes e a convocatória, e nós apresentamos um projeto”, recorda a professora Ida. O Programa Capes DGU tem duas modalidades: uma, de seminários, e a outra, de projetos de pesquisa.

A docente da Ufrgs conta que em 2012 foi apresentado um projeto para seminários no qual professores brasileiros poderiam ministrar congressos sobre determinado assunto na universidade espanhola e vice-versa. De acordo com Ida, nestes seminários, destinados a alunos de pós-graduação, também seria possível conhecer as equipes e preparar o projeto de pesquisa para apresentar dentro do Capes DGU para aquele ano e, em 2013, realizar um trabalho conjunto. Então, durante o mês de maio de 2012, a equipe brasileira deslocou-se para a universidade espanhola para ministrar o seminário As Ferramentas para Estudo da Produção Científica no Brasil. Já os integrantes espanhóis vieram em novembro do ano passado para apresentar o seminário Indicadores de Produção Científica. “Quando nós estivemos lá, realizamos reuniões com eles e preparamos uma proposta de projeto de pesquisa e enviamos dentro do tempo hábil para a Capes – enquanto eles fizeram o mesmo lá, mandando o material para o Ministério de Educação”, conta Ida, esclarecendo que ainda não sabe se o projeto será aprovado.

O que é a Web of Science:

Base de dados onde são analisadas e indexadas cerca de 12 mil revistas mundiais. Disponível desde outubro do ano 2000, com resumos em todas as áreas de conhecimento, esta base de dados referencial multidisciplinar está integrada à base ISI Web of Knowledge.

Oferece ferramentas para análise de citações, referências, índice h, permitindo análises bibliométricas (a assinatura deste conteúdo, oferece a possibilidade de consulta a cinco coleções: Science Citation Index Expanded - com disponibilidade de acesso a registros desde 1945 até o presente; Social Sciences Citation Index (desde 1956); Arts & Humanities Citation Index (desde 1975); Conference Proceedings Citation Index-Science (desde 1990) e Conference Proceedings Citation Index - Social Science & Humanities (desde 1990).

“Se for autorizada, essa pesquisa será somente sobre a produção brasileira e espanhola que é indexada pela Web Of Science”, detalha Ida. Desde 2006, a produção de estudos conjuntos entre os dois países aumentou 138%, destaca a professora. “Ou seja, muitos autores espanhóis e brasileiros publicaram juntos o mesmo artigo. O que se estudará é a procedência dos autores.” A docente explica que através do banco de dados Web of Science, será possível recuperar o que universidade publicou em conjunto e verificar a procedência dos artigos, para saber se houve aumento na produção anual.

“Os artigos das revistas (inseridas no Web Of Science) são indexados e podemos fazer recuperações para ver tudo que foi publicado. Desta forma, é possível verificar o que da produção brasileira é usado em revistas acessadas por outros países também”, observa Ida, destacando que a Capes disponibiliza a Web of Science no seu portal de periódicos. Segundo a professora da Fabico, os seminários realizados no PPGCom da Ufrgs foram bastante produtivos e contaram com a participação de aproximadamente 30 alunos. “Eles trouxeram algumas coisas novas e reforçaram outras ferramentas que nós usamos”.

Entre os estudantes que participaram do seminário no Programa de Pós-Graduação estavam integrantes do pós, além de grupos de pesquisa e alunos de graduação que trabalham em iniciação científica. A professora destaca que nos encontros ministrados pela equipe brasileira na Espanha, a recepção foi “muito boa, porém não havia muitos alunos”. Segundo Ida, grande parte dos estudantes presentes na ocasião era de sul-americanos, mexicanos e poucos espanhóis, devido à situação econômica que vive o país europeu. “Mas a universidade de Carlos III tem excelentes laboratórios e estrutura. Eles sabem trabalhar com instrumentos como o Web of Science e participam de diversos eventos para divulgar o trabalho deles”, observa a docente.

A professora da Fabico acredita que ainda ocorra um aumento da colaboração devido ao fato de tantas pessoas viajarem para fazer pós-doutorado e doutorado sanduíche. “E isso é um aumento da internacionalização da ciência brasileira – o que não significa que vamos pesquisar apenas assuntos do interesse deles, mas, sim, que vamos começar a pesquisar em conjunto”, revela. Ida opina que um estudo realizado por pessoas de diferentes lugares se torna muito mais rico. “Por isso, é muito importante que os professores façam pós-doutorado e tenham a oportunidade de ficar seis meses ou um ano fora, por exemplo, para aumentar essa rede de contatos e dar continuidade a esse trabalho.”

Instituições se ajustam a cotas e focam na permanência de alunos

por Patrícia Comunello

Fotos: Patrícia Comunello



Até 2016, estudantes oriundos de escolas públicas e auto-declarados negros devem ter 50% das vagas em universidades

A adoção de cotas, que agora é compulsória para universidades e instituições públicas federais de ensino superior do País, não terá o mesmo procedimento no Estado. A adequação à Lei 12.711/2012 será gradativa na maior parte dos estabelecimentos. Dos nove grupos públicos, apenas Unipampa e dois institutos federais oferecerão 50% das vagas para cotistas em 2013, teto da nova regra. Além de cumprir normas, as direções das academias públicas vislumbram a necessidade de medidas para assegurar o nivelamento na formação e a permanência dos beneficiários das políticas de ações afirmativas.

Até outubro do ano passado, dados do Ministério da Educação (MEC) sinalizavam que 27 das 59 instituições federais de ensino superior não tinham regime de cotas. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), que adota a política desde 2007, manterá em 2013 os 30% (percentual em vigor antes da Lei) e evoluirá para 50% dos ingressos para oriundos de escolas públicas e auto-declarados negros até 2016. A Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcsa) ofertou este ano em seus 11 cursos o mínimo de 12,5% do total de novas matrículas.



Nos três Institutos Federais (IFs), a adesão fica entre 30% (IF-Farroupilha, com Reitoria em Santa Maria) e 50% - IF-RS (com dois campi na Capital que já adotavam a reserva) e o IFSul, em Pelotas, o mais antigo em atividade no Estado. Outras quatro universidades ligadas à União ficaram entre 30% e 50% da disponibilidade (veja quadro na página 28). Na Ufcsa, que aposentou o vestibular e preenche sua oferta anual exclusivamente pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), a estreia da política afirmativa surpreendeu a reitora Miriam da Costa Oliveira. Havia preocupação de que os classificados apresentassem notas do Enem, em média, inferiores às do grupo universal.

"Se olharmos os dados da primeira chamada, os cotistas têm pontos de corte muito similares aos do universal. Isso me dá expectativa de que não haverá problemas gerais no primeiro ano", justifica Miriam, que é cautelosa sobre a implementação futura, quando aumentará a fração dos enquadrados no novo regime. A reitora adianta que a Instituição, dedicada a graduações da saúde, poderá enfrentar limitações para fornecer atividades de reforço ou nivelamento do conhecimento, principalmente em disciplinas básicas (química, matemática e física e até ciências humanas). O motivo é singelo: não há no quadro professores destas disciplinas.

"Isso está sendo reportado ao MEC, que nos questiona e respondemos. Se tiver esta necessidade, teremos problemas. Alguém tem de fazer planejamento deste tipo de demanda", ressalta a reitora. Para a direção da Instituição, criada há cinco anos, o processo de implementação teria de ter sido antecedido por uma preparação interna. Na Ufrgs, por exemplo, foi criado um programa com aulas em dias e horários alternativos para reforçar o aprendizado em disciplinas como Cálculo, a mais temida do elenco de cursos das áreas de engenharias e exatas.


No comando do IF-RS, a experiência das cotas já existente nas operações de Porto Alegre (os campi Centro e Restinga) guiará a prática dos demais membros da rede. "E, mais que atender à legislação, ganhará força daqui para frente o acompanhamento dos alunos, usando recursos da assistência, com bolsas e auxílios", antecipa Julio Xandro Heck, que até dezembro dirigia a área de Ensino do campus do Centro de Porto Alegre e desde o começo de janeiro ocupa a Pró-reitoria de Pesquisa da Reitoria em Bento Gonçalves. Clientela não será fator limitador, já que a rede receberá metade dos ingressantes pelo novo status. "Decidimos aplicar a totalidade das vagas exigidas de imediato, pois realmente acreditamos no mérito da política de ações afirmativas", justifica Heck.

No ingresso e no desempenho inicial, o pró-reitor não espera muitos desequilíbrios. "Por observação geral dos professores, o desempenho é similar. Mas entendo que a instituição de ensino boa é a que tem bons formandos e não bons ingressantes", previne o pró-reitor. Na Capital, há uma leve diferença na pontuação, um pouco menor, de quem arrematou uma vaga nas cotas. Mas Heck certifica que as condições socioeconômicas reforçam o impacto de um programa de assistência. O apoio, que pode incluir desde auxílio-alimentação, transporte e bolsa permanência, já é concedido há dois anos e alcança 10% dos estudantes. Em 2012, a despesa somou cerca de R\$ 900 mil para três mil estudantes. "Este ano,



Heck diz que IF-RS irá investir no acompanhamento dos cotistas com recursos, como bolsas e auxílios

certamente o valor superará R\$ 1 milhão. Alguns alunos recebem mais de R\$ 1 mil, muitos sustentam a família e assim podem estudar”, valoriza Heck.

A intenção de conectar o programa de apoio aos cotistas é um dos desafios na pasta da Inovação, interagindo com as demais áreas de atendimento. “Em Porto Alegre, tivemos redução de evasão mesmo com pouco tempo da vigência de concessão dos auxílios.” A realidade do centro maior nem sempre se repete no Interior. Nos demais campi do IF-RS, é preciso aproveitar melhor o programa. Segundo o professor Sérgio Wortmann, que comandava a Pró-reitoria de Ensino até dezembro na sede da Reitoria, a Instituição acabou devolvendo 10% a 20% das verbas para assistência em 2011, devido à falta de candidatos. No ano passado, o esforço foi para ocupar mais de 90% do caixa de R\$ 3 milhões. “Em muitos municípios, os estudantes acham que não devem se apropriar, que não precisam, mesmo tendo o perfil exigido”, esclarece Wortmann. Como nos campi fora da Capital há supremacia de alunos que estudaram na rede pública, o ex-pró-reitor lembra ainda que cotistas e não-cotistas têm uma formação muito semelhante. 

DE OLHO NA LEI

Evolução até 2016, quando as cotas devem representar 50% da oferta

2013	2014	2015	2016
12,5%	25%	37,5%	50%

Quem tem direito a cotas

- Egressos de escola pública com renda familiar de até 1,5 salário-mínimo (subdivididos entre autodeclarados pretos, pardos e indígenas e demais)
- Egressos de escola pública com renda familiar maior que 1,5 salário-mínimo (subdividido entre os que se auto-declararam pretos, pardos e indígenas e os demais)

Placar de cada um em 2013

UNIVERSIDADES					
Ufcspa	Ufrgs	Furg	Ufsm	Ufpel	Unipampa
12,5%	30%	30%	39%	40%	50%

INSTITUTOS FEDERAIS		
IFRS	IF Farroupilha	IFSul
501%	30%	50%

Objetos digitais desafiam educação tradicional

por Patrícia Comunello



Alessandra (esq.) e Maria Eugênia desafiam os alunos a resolverem embates que poderão vir a encarar no futuro

Inspirada em uma das obras do escritor Erico Verissimo, Santa Fé é uma cidade virtual, com 42 mil habitantes, situada no Interior do Estado, que está auxiliando a formar futuros profissionais nos cursos de graduação e especialidades da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcspa). O município idealizado no campus universitário também tem como principal rede de assistência o Sistema Único de Saúde (SUS), e reproduz os mesmos problemas típicos do atendimento médico de uma grande cidade: da falta de verbas à tensão entre equipes de atendimento e usuários. Lá, a secretária da Saúde é a esposa do prefeito, o que já dá a pista sobre riscos de conflitos de interesses na gestão pública do SUS. Estas situações, que imitam o mundo real e ajudam a confrontar os alunos da Ufcspa com embates que poderão vir a encarar no dia a dia, são acessadas na tela do computador, por meio do notebook, tablet ou celular.

Comandada pelo Núcleo de Educação a Distância (Nead) da Universidade, a partir de convênio e recursos do UnaSUS – braço de formação à distância do Ministério da Saúde, a criação é só um exemplo das possibilidades que os chamados objetos de aprendizagem baseados nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) podem aportar para o ensino. Com as novas gerações de estudantes, que crescem como se estivessem conectadas a chips, o desafio é mais que explorar as ferramentas, atentar os responsáveis pelas iniciativas.

“Hoje o docente que não consegue incluir tecnologias nas suas aulas fica muito defasado, pois a geração de alunos para a qual estamos dando aula está sempre com um celular e tablet, e pesquisa instantaneamente a informação que repassamos”, justifica Maria Eugênia Bresolin Pinto, médica de família, professora adjunta do Departamento de Saúde Coletiva da Ufcspa e uma das coordenadoras do projeto do UnaSUS em Porto Alegre. Maria Eugênia acrescenta: “Eles questionam na hora. E se recebem resposta imediatamente ficam mais confiantes e participam mais. O professor deve se adaptar a isso, ou vai tolher estes estudantes”.

A aplicação dos recursos das TICs não pode, por outro lado, substituir a relação e repasse de conhecimento professor-aluno. “O uso da tecnologia não forma necessariamente um profissional melhor, mas mais aberto”, elucida a docente da Ufcspa, que admite ter criado sua página no Facebook (a rede social mais povoada e popular hoje no mundo), para não ficar atrás das turmas.

Ao guiar os estudantes pelos meandros de Santa Fé, Maria Eugênia cita que o ambiente gera atitude, incita posicionamento e forma para uma ação a partir de um novo universo de aprendizagem. “Portanto, não é somente olhar, tem de interagir.” A animação, em 3D, vinha sendo usada em EAD e este ano estreará nas salas de aula. Mesmo no ensino à distância, que soma 1,5 mil matriculados em cursos de pós-graduação em Saúde da Família situados em quatro estados (dois no Norte e Nordeste), outra ino-

vação será recriar as cidades com outros nomes, características e dados epidemiológicos das regiões mais distantes.

“O aluno consegue simular a atividade e a territorialização no mundo virtual, depois vai para o real”, explica a coordenadora do Nead pela área de TI da Ufcsa, Alessandra Dahmer. Ela lembra que a equipe, hoje com 30 profissionais dedicados a criar objetos, trabalha com diversidade midiática, com vídeos, animações, games sérios – “uma tendência crescente” – e programas com conteúdos para serem usados em tablets e celulares. “Mas os vídeos têm de ser curtos, para não entediar. Tem também que pensar na velocidade de acesso, não podem ser pesados”, orienta a coordenadora, citando que nas aulas são utilizados aplicativos gratuitos da web.

O Núcleo da Ufcsa virou um provedor de materiais do Ministério da Saúde, disponíveis no site da pasta e que podem ser baixados para as interfaces móveis pela rede de atendimento e profissionais em todo o País. Para diversificar, gravam séries na plataforma da cidade cenográfica digital de Santa Fé. Imagens e diálogos são protagonizados pelos alunos e professores-atores. Um smartboard, uma lousa virtual e interativa, acaba de chegar à Ufcsa, distribuída pelo UnaSUS. A tecnologia que substituiria o quadro convencional começa a ser explorada, com a limitação de que não haverá unidades para todas as salas de aula.

A equipe do Núcleo coordenado por Alessandra e Maria Eugênia aponta que o futuro está mais para uso de games, com muita interferência do aluno. O recurso ainda envolve custos elevados, mas vai se popularizar aos poucos, apostam as coordenadoras.

Estratégia une interação e interatividade

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), precursora no uso das TICs, e que criou o primeiro e único doutorado em Informática na Educação para formar especialistas de diversos ramos de conhecimento, o foco é usar ferramentas em estágios mais avançados. E é mais que só capacitar docentes para usar os potenciais tecnológicos. “A aposta é acoplar estratégia pedagógica com mais interação e interatividade, que não são sinônimas”, desafia a diretora do Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação (Cinted) da Ufrgs, Liane Rockenbach Tarouco. “Interação é o conjunto de trocas entre as pessoas, e interatividade são as trocas das pessoas com os sistemas. Tem de investir nas duas”, defende. Outra preocupação é não transformar as TICs – como salas virtuais disponíveis – como meros repositórios de textos ou conteúdos pobres em recursos visuais e mecanismos que motivem a participação. Do ensino à distância, no qual a Ufrgs foi pioneira em 2000, ao ambiente presencial, Liane ressalta que deve haver suporte para envolver os estudantes (chamados tutores, no formato EAD). Além disso, a preparação de futuros professores no uso das tecnologias precisa aportar habilidades em atuar de forma mais rica com as TICs.



Liane Rockenbach é diretora do Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Ufrgs

A diretora do Cinted observa que há muitas experiências em interfaces, como tablets e celulares, nas quais professores e estudantes se utilizam de vídeos que envolvem respostas além da sala de aula. “Um aluno usou em matemática (disciplina bicho-papão), e reverteu altas taxas de evasão e reprovação. Os estudantes ficaram mais autossuficientes e vão atrás das respostas. Deixaram de ser passivos, esperando que coloquem o conhecimento dentro do cérebro deles”, demarca Liane, indicando que o desafio é gerar fluência digital. “Isso implica capacitar os profissionais para serem autores e com a visão de fazer seus alunos também autores”, traduz a especialista. Ela previne, porém, que os educadores devem cuidar para dispor de tecnologias que maximizem a capacidade mental do aluno na direção do que é importante. “Tem muita coisa enfeitada, que é mais marketing, e não educação, que envolve um trabalho sério.”

Em 2012, a crença no potencial da tecnologia como suporte para melhorar a qualidade do ensino e pesquisa foi incluída como uma das prioridades do Plano Diretor Institucional (PDI) da Ufrgs. O esforço será elevar também a aplicação no universo acadêmico. Liane cita que a limitação é produzir materiais. “É mais razoável que os próprios docentes possam fazer”, sinaliza a gestora. Estima-se entre 40 a 200 horas o tempo para criar um objeto de aprendizagem em vídeo. No repositório da Universidade, há 300 materiais para uso no ensino. A secretária de EAD da Ufrgs, Mara Carneiro, lembra que a Instituição vem buscando canais de financiamento para desenvolver as ferramentas. A Universidade obteve em um edital Capes mais de R\$ 1,5 milhão para criar 60 objetos – a maior parte já está disponível. A verba é aplicada em pesquisa e execução das ideias. Na Ufrgs, diferentemente da Ufcsa, a produção de objetos cabe a cada unidade.

"O desafio é explorar a ludicidade, e isso depende de quem pensará os conteúdos", adverte Mara. A intenção agora é fazer estes materiais como ponto de partida para motivar que a comunidade externa produza conteúdos a serem acessados publicamente. A iniciativa está inserida no conceito da Rede de Educação Aberta (REA), um movimento nacional. Na Ufrgs, um comitê editorial avaliará a qualidade das contribuições e liberará para a web. A intenção é colocar no ar até a metade deste ano. Estes movimentos inserem a discussão sobre autoria e uso pelos internautas. A secretária de EAD ressalta que há sistema de certificação que assegura o crédito. Na Ufcsa, este cuidado está presente, e Alessandra Dahmer considera mais seguro do que mandar apresentações ou outros textos e mídias por e-mail. Outra frente que busca qualificar as tecnologias e os seus usos é a Rede Gaúcha de Ensino Superior à Distância (Regesd), que reúne Ufrgs, UFSM, Ufpel, Furg, Unisc e UCS e é voltada a apresentar projetos para captar recursos federais a serem direcionados ao uso de TICs na formação em licenciaturas.

Na Ufrgs e na Ufcsa, outra preocupação é disseminar as plataformas das salas virtuais, sendo a mais conhecida hoje a do Moodle, que é software livre. Mara Carneiro projeta para 2013 a intensificação de treinamento dos docentes para explorar os recursos de interação que as salas virtuais proporcionam. "Infelizmente, até o ano passado registrávamos baixa participação dos professores nos módulos", indica a secretária de EAD. Além do Moodle, a Ufrgs utiliza dois ambientes criados por unidades da Instituição – o Rooda (Faculdade de Educação) e o Navi (Escola de Administração).



Mara Carneiro diz que é baixa a participação de professores em treinamento de plataformas virtuais na Ufrgs

O esforço da área comandada por Mara é criar mais compartilhamento de dados entre elas e o próprio sistema da Universidade, com conexão entre as bases de informações, principalmente dos alunos. Mara aponta ferramentas que vão além de hospedar arquivos de textos: é possível criar fóruns, gerar trabalhos para avaliação e ter o perfil de cada estudante, com fotos. "O ambiente é uma forma de ultrapassar o mero encontro da sala de aula. Vira uma extensão da relação aluno-professor", define a secretária. "Dá muito trabalho, mas vale a pena." A coordenadora do Núcleo da Ufcsa avalia que 80 dos quase 300 docentes fizeram cursos nos últimos três anos sobre os atrativos do Moodle. "Estamos avançando, mas muitos ainda ficam intimidados", identifica Alessandra.

Desafios no Instituto Federal

O coordenador da área de Tecnologia da Informação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - campus Porto Alegre (IRFS-POA), Marcelo Augusto Rauh Schmitt, informa que cada vez cresce mais o uso pelos professores dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs). Segundo ele, os docentes disponibilizam desde textos e apresentações, como exploram os espaços para promover fóruns e divulgar notícias ou tirar dúvidas, além de fazer avaliações. "O primeiro desafio é não considerar o AVA um substituto do malfadado Xerox", aconselha o coordenador do IFRS. Já há iniciativas de professores para a transformação de apresentações projetadas para trabalho em sala de aula em vídeo-aulas ou para a criação de objetos de aprendizagem baseados em simulações.

A formação de uma equipe de produção de objetos de aprendizagem, com uma abordagem metodológica absolutamente profissional, é o caminho, defende Schmitt, como estratégia para oferecer um volume adequado de materiais pedagógicos nas novas tecnologias. "O segundo desafio será o uso mais efetivo das ferramentas de comunicação como elementos instigadores da colaboração com vistas à aprendizagem", completa. Esta experiência é mais comum nas modalidades à distância, cujo ambiente é essencialmente virtual. O único limitante é que programas do MEC são restritos em apoio financeiro para contratação de bolsistas, cuja tarefa seria o desenvolvimento de objetos de aprendizagem.

Os cursos de licenciatura em Ciências da Natureza e Pedagogia apresentam componentes curriculares que tratam especificamente do uso de TICs. A prevenção é não dissociar das diversas teorias de aprendizagem investigadas ao longo do período de formação dos futuros professores. "Não se quer o uso da tecnologia como algo que deslumbre os alunos, mas como elemento que efetivamente contribua para a formação de profissionais críticos, autônomos, com capacidade argumentativa, e preparados para a vida", complementa o coordenador de TI. ▴

Projeto de pesquisa garante conhecimento para estudantes na área de petróleo

Parceria entre Ufrgs e empresa dinamarquesa Maersk visa qualificar exploração na Bacia de Campos

por **Araldo Neto**

O departamento de Geologia da Ufrgs está desenvolvendo um projeto de pesquisa na área do petróleo para a empresa Maersk Oil (braço de um conglomerado de negócios da Dinamarca com atividades em diversos setores de negócios, principalmente em transportes e energia). Trata-se de um estudo integrado sobre reservatórios produtores da Bacia de Campos, na Costa do Rio de Janeiro. Com a parceria, foi montado um laboratório nas dependências da Universidade. Ao todo, a Maersk investiu R\$ 1,2 milhão no projeto, que está em aplicação desde outubro do ano passado. A iniciativa faz parte do cumprimento do programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme cláusula de Participação Especial da Lei do Petróleo. Nele, as companhias devem investir 0,5% da produção bruta anual em universidades e 0,5% em pesquisa interna.

O objetivo do projeto é o estudo dos reservatórios arenosos - componentes de significativos intervalos rochosos portadores de petróleo. O foco está direcionado ao Campo de Polvo, onde a empresa faz exploração. O local fica cerca de 100 km da costa do Rio de Janeiro. Nesta região, são vários poços perfurados, com diversas ramificações para todos os lados. Por essa razão, o Campo foi batizado de Polvo. Em média, as perfurações atingem 2,3 km de profundidade. Um dos coordenadores do projeto é o professor Juliano Kuchle. Segundo ele, a área de pesquisa apresenta poucos dados. O objetivo é entender a geologia do Campo de Polvo e dos campos adjacentes. "Nós faremos um estudo com dados sísmicos, dados de poços e com rochas. Fotografamos as rochas que foram tiradas nestes poços já perfurados e iremos fazer seções delgadas de análises em microscópio, que chamamos petrografia", explica. Com isso, será possível conhecer os dados desde ampla escala até o máximo de detalhe possível. De acordo com Kuchle, desta forma, pode-se disponibilizar para a empresa dinamarquesa modelos, simulações, modelagens e interpretações sobre o solo do Campo de Polvo. "Esses estudos estão sendo desenvolvidos dentro da Universidade, com o auxílio dos alunos de graduação, mestrado e doutorado", afirma.

Além de propor um modelo geológico para auxiliar a empresa na exploração de petróleo, outro objetivo do projeto é a formação de recursos humanos pela Universidade. Os alunos conhecem as metodologias, as tecnologias e os softwares específicos para exploração e produção de petróleo. Eles trabalham com dados reais de um campo de produção. "O dado fornecido para empresa supre trabalhos de conclusão de curso de alunos de graduação e temas de mestrado e doutorado de estudantes da Pós-graduação", informa. Segundo o professor Juliano Kuchle, é bem comum a contratação de alunos que participem deste tipo de projeto de pesquisa. "Todas as empresas que realizam exploração de petróleo no Brasil têm a noção de que o dinheiro que elas inves-



Juliano Kuchle, um dos coordenadores do projeto, diz que objetivo é entender a geologia do Campo de Polvo



Renata afirma que participação no projeto é gratificante


tem na universidade retorna com um profissional mais qualificado” exalta. O Projeto Polvo reúne 14 pessoas: sete professores e sete alunos. A capitação dos estudantes pelas empresas reduz o investimento em cursos de atualização e treinamento básico, uma vez que eles já saem preparados. “Nós temos uma clara noção de que uma maneira de inserir o aluno mais rápido e com mais facilidade no mercado de trabalho é a participação em pesquisa. O projeto é acadêmico, mas tem que ter uma aplicação muito bem conectada com a indústria, porque isso facilita muito a inserção destes alunos no mercado de trabalho”, observa Kuchle.

Renata Alvarenga está entre os estudantes que atuam no Projeto Polvo. Ela cursa doutorado em Estratigrafia, ramo da Geologia que estuda a sequência das rochas no subsolo. Segundo Renata, a participação no projeto é “gratificante”, pois possibilita desenvolver e aprender ao mesmo tempo. “A Maersk está sempre em contato conosco. Há o contraponto das duas partes. Nós, como universidade, fornecendo conhecimento e serviço, e a empresa, para nos direcionar no que o mercado está pedindo.”

A estudante de mestrado em Estratigrafia, Patrícia Ene, também participa do projeto. Ela diz que já aprendeu a operar os softwares de interpretação e exploração de petróleo nos estudos para a Maersk, detalhe que classifica como “fundamental” para conseguir um emprego na área. “Se eu me formasse e logo fosse para o merca-

do de trabalho, eu iria chegar sem conhecimento algum destes softwares. Ao término de meu mestrado, pretendo trabalhar em uma empresa do setor, quem sabe a própria Maersk”, afirma Patrícia.

O Projeto Polvo será desenvolvido até 2014 na Ufrgs. Atualmente, o trabalho é concentrado nas análises dos dados sísmicos. Está sendo feito um mapeamento das principais estruturas e unidades que compõem o Campo de Polvo. O próximo passo será a integração dos dados levantados. A expectativa é criar um modelo que compreenda os dados sísmicos, de rochas e os dados petrográficos. O objetivo é apresentar um modelo geológico que mostre como a área evoluiu, como os reservatórios foram criados, se há conexão, e quais são as propriedades geométricas e a dinâmica dos fluídos dos mesmos. “Estas informações são fundamentais para a exploração, principalmente, onde já existe uma área descoberta que necessita de uma melhora em sua produção”, explica o coordenador do projeto.

De acordo com Kuchle, os reservatórios em análise na pesquisa são considerados secundários, ou seja, não apresentam a mesma qualidade e confiança para a produção que os poços principais. Com os estudos aprofundados, novas áreas exploratórias para a companhia podem ser descobertas no local ou em áreas circundantes. “A empresa precisa de uma sistemática de exploração muito prática e muito confiável. Só que isso, muitas vezes, impede as companhias de testarem novas técnicas e gastarem tempo com novos modelos. Na universidade, isso não acontece. Esse é o nosso incentivo: tentar criar algo novo por tentativa e erro,” justifica. 



Patrícia diz que, no futuro, pretende trabalhar em uma empresa do setor de petróleo, “talvez a Maersk”

STF reconhece direito à aposentadoria especial a servidores portadores de deficiência

por **Francis Campos Bordas**, Assessor Jurídico da Adufrgs-Sindical

O Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, acolheu o Mandado de Injunção (MI) nº 4.245, movido por diversas entidades representativas de servidores federais, dentre elas a Adufrgs-Sindical, com o intuito de suprir a ausência da lei regulamentadora do direito à aposentadoria especial dos servidores portadores de deficiência.

Por força de previsão constitucional (inc. I do § 4º do art. 40 da Lei Maior, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 47/2005), os servidores portadores de deficiência – seja ela de que tipo ou gravidade for – possuem o direito a tratamento especial na aposentadoria, porém o mesmo não pode ser exercitado sem a existência de uma lei regulamentadora, de cuja edição o estado brasileiro não tem manifestado qualquer preocupação: ao que se tem notícia, só há projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional (PL 40/2010) com vistas à regulamentação do direito no âmbito do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), não havendo, na legislação brasileira atual, qualquer diploma que preveja regras especiais para a aposentadoria dos portadores de deficiência, nem mesmo aos trabalhadores da iniciativa privada.

Por conta do retardamento abusivo na edição de lei que contemple especificamente a situação desses servidores, que, por sua condição física especial, são mais facilmente lesados e exauridos em suas condições de trabalho, é que as entidades proponentes tomaram a iniciativa de ingressar com o Mandado de Injunção nº 4.245, com vistas a suprir essa lacuna e lhes propiciar um mínimo razoável de proteção.

A exemplo que ocorreu na decisão proferida no Mandado de Injunção nº 880, que contemplou a possibilidade de aposentadoria especial e/ou conversão de tempo especial para fins de aposentadoria comum aos servidores submetidos a condições especiais de insalubridade, periculosidade e penosidade no período regido pela Lei nº 8.112/1990, a decisão contida no Mandado de Injunção nº 4.245 reconheceu que a mora legislativa – ou seja, a falta da lei regulamentadora – está inviabilizando o exercício do direito dos portadores de deficiência a um tratamento especial na aposentadoria, e, para esse fim, determinou a aplicação, no que couber – e até que seja editada a lei

regulamentar específica –, da disposição contida no art. 57 da Lei nº 8.213/1991 – que versa sobre os direitos dos trabalhadores do setor privado, vinculados ao Regime Geral da Previdência Social – “para os fins de verificação do preenchimento dos requisitos para a aposentadoria especial dos substituídos da impetrante.”

Todavia, dada impossibilidade de se traçar um paralelo entre a situação dos servidores públicos e os trabalhadores da iniciativa privada – posto que, na legislação do Regime Geral da Previdência Social também não há disciplina específica para a aposentadoria dos trabalhadores portadores de deficiência –, definiu o Luiz Fux que a aplicação supletiva do art. 57 da Lei nº 8.213/1991 permitirá a observância de “proporcionalidade na redução temporal dos requisitos de aposentadoria para os servidores públicos portadores de deficiência.”

O ministro relator deixou claro em sua decisão que o mero acolhimento do Mandado de Injunção, por si só, não gera o direito dos servidores à aposentadoria especial, remanescendo à autoridade competente para a sua concessão o dever de verificar, no caso concreto, o efetivo preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício.

Evidentemente, não é possível definir, hoje, de que forma se poderá compatibilizar a aplicação do art. 57 da Lei nº 8.213/1991 para reger as diversas espécies de deficiência que venham a acometer os servidores, mas é certo que, de alguma forma, poder-se-á, com base em tal normativo legal, reduzir-se o tempo necessário à inativação para 15, 20 ou 25 anos, conforme a gravidade da deficiência assim autorizar, circunstância que demandará, assim como ocorreu na regulamentação dos mandados de injunção referentes ao labor especial, a necessidade de expedição de orientação normativa por parte da Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, com vistas a regulamentar a apreciação dos pedidos perante os órgãos regionais de recursos humanos.

Dado o grande número de servidores cobertos por esta decisão, os assessores jurídicos das entidades já estão estudando as formas possíveis de se promover a execução da decisão proferida no MI 4.245, inclusive com a elaboração

de proposta de minuta de Orientação Normativa, a ser submetida ao Executivo Federal. E, para esse fim, as entidades terão de interceder politicamente junto à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a fim de que seja expedido ato regulamentar especialmente voltado à orientação dos órgãos de recursos humanos quanto aos procedimentos necessários ao cumprimento da decisão proferida no Mandado de Injunção, tal como já ocorreu na regulamentação do MI 880-DF com a edição da ON-SRH/MPOG nº 06, de 21/06/12.

Por fim, cumpre salientar que, por decisão do ministro relator, o referido MI favorece apenas os servidores

filiados às entidades sindicais proponentes, de modo que aqueles que não detêm a condição de filiados deverão ou se filiar, ou ingressar com ações próprias, com vistas ao alcance do mesmo direito agora reconhecido aos associados das entidades sindicais proponentes.

Tão logo as assessorias jurídicas cheguem a uma proposta mais concreta de regulamentação da matéria, as entidades que subscreveram o MI nº 4.245 expedirão novo comunicado aos seus associados, orientando sobre como estes deverão proceder, em cada caso, para que o direito reconhecido pelo STF lhes seja efetivamente aplicado.

Entrega de documentos para execução de ações coletivas:

▪ Licença-prêmio não usufruída na atividade e não utilizada para aposentadoria – execução da ação coletiva

A Adufrgs-Sindical obteve vitória na ação movida contra a Ufrgs em favor dos professores filiados que se aposentam sem ter gozado as licenças-prêmio a que faziam jus, tampouco as utilizado para a aposentadoria, para o fim de ver reconhecido o direito ao recebimento das licenças em pecúnia.

Em 2012 já começaram a ser inscritos os primeiros precatórios para pagamento das indenizações, já que a Ufrgs concordou com os valores apontados pela assessoria jurídica da Adufrgs.

A ação abrange os docentes aposentados a partir de 30/08/2001 ou que vierem a se aposentar durante o prazo de execução da ação, sócios da Adufrgs, independente da data de filiação.

Os professores que não providenciaram a entrega da documentação para ajuizamento da ação de cobrança ainda podem entregar os documentos que se encontram disponíveis no site da Adufrgs e do escritório Bordas Advogados Associados (www.bordas.adv.br - central de downloads).

A entrega pode ser feita em horário comercial nas sedes da Adufrgs (Cidade Baixa e Campus do Vale) ou diretamente na assessoria jurídica Bordas Advogados Associados (Praça da Alfândega, nº 12, 10º andar – telefone 3228-9997).

O professor que não for sócio pode contratar os serviços do escritório que assessora a Adufrgs-Sindical para o ajuizamento de ação individual, através do site www.bordas.adv.br ou do e-mail bordas@bordas.adv.br

▪ Revisão de abono de permanência e progressão funcional

Em decorrência dos pedidos administrativos de concessão e revisão de abono de permanência e aposentadoria, progressão funcional, incorporação de vantagens, entre outros, a Administração vem reconhecendo valores atrasados de diferenças salariais. No entanto, os pagamentos destes valores vem sendo efetuados com anos de atraso, não havendo previsão de data para pagamento.

Soma-se a isto, ainda, o fato de tais valores não sofrerem qualquer tipo de correção monetária. Assim, é possível o ajuizamento de ação buscando tanto o pagamento de correção monetária como do valor nominal reconhecido pela Ufrgs/Ufcs ou IFRS.

Os servidores interessados no ajuizamento de ação para cobrança de tais valores devem providenciar a entrega dos documentos necessários na Adufrgs, cujo kit se encontra disponível no site da entidade (www.adufrgs.org.br) e do escritório Bordas Advogados Associados (www.bordas.adv.br - central de downloads), podendo ser solicitado através do e-mail bordas@bordas.adv.br

Assessoria Jurídica da ADUFRGS-Sindical

Bordas Advogados Associados
Praça da Alfândega, 12, 10º andar
Edifício London Bank
CEP: 90010-150 Porto Alegre/RS
(51) 3228.9997
www.bordas.adv.br
bordas@bordas.adv.br

Ciência Sem Fronteiras tem gerado abertura maior para intercâmbios

Universidades afirmam que programa de pesquisa do governo federal ainda tem pontos a serem melhorados

por Michelle Rolante

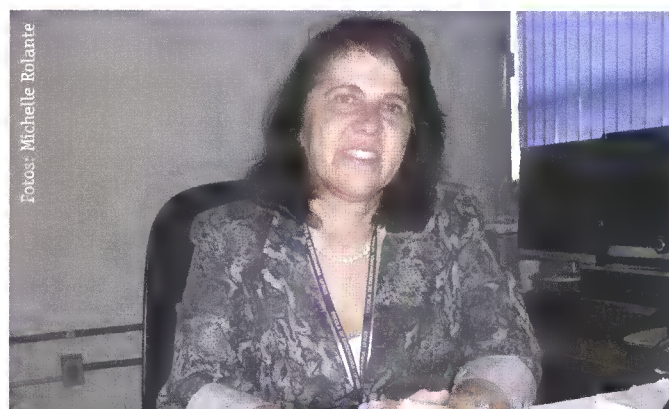


Um dos fatores que caracterizam uma grande nação é sua produção científica e inovação tecnológica. A troca de ideias e convivência com outras culturas são parte importante neste processo de desenvolvimento. Inspirado neste conceito, o governo federal criou em 2011 o Programa Ciência Sem Fronteiras, cujo objetivo é promover a internacionalização da ciência, tecnologia e competitividade brasileira, através de intercâmbio com outros países. A proposta é que sejam utilizadas 101 mil bolsas de mobilidade internacional para alunos de graduação e pós-graduação até 2014. Outra vertente do programa busca atrair pesquisadores do exterior que tenham interesse em se estabelecer no Brasil ou formar parcerias com pesquisadores brasileiros. No entanto, em algumas universidades, como a Ufrgs, o processo de internacionalização começou bem antes da criação do Ciências Sem Fronteiras.

De acordo com a diretora da Escola de Engenharia da Universidade, Denise Dalmolin, uma Comissão de Mobilidade Estudantil na Engenharia trabalha para auxiliar e informar os alunos sobre as bolsas para intercâmbios. "Temos 13 cursos e cerca de seis mil estudantes", mensura Denise. Segundo ela, os processos de dupla diplomação e intercâmbios são realizados desde 2003 através de programas específicos. A diretora destaca que logo que os alunos ingressam na Escola de Engenharia e começam as primeiras disciplinas, já são incentivados a se dedicarem para ter bons índices e poder fazer intercâmbio com bolsa. "Sempre digo para eles se esforcem para serem bons desde o início, para terem mais oportunidades", frisa Denise.

Muito antes do incentivo do governo federal, a Escola de

Engenharia já investia no processo de internacionalização. No entanto, antes do Ciências Sem Fronteiras não havia tantas bolsas disponíveis, então, para fazer dupla diplomação, eram selecionados os estudantes com os índices mais altos. "A cada formatura, temos alunos se formando com dupla diplomação em vários dos nossos cursos", ressalta Denise. "A demanda é grande. Quando assumimos a direção, há quatro anos, preparamos um planejamento estratégico para a Escola de Engenharia e novamente apareceu a mobilidade estudantil e a internacionalização como um dos aspectos a serem incentivados", recorda a diretora. Ela conta que o planejamento foi realizado através de uma ação conjunta. "Identifico essa meta como uma das principais da escola e repasso a todo corpo docente, discente e técnico."



Denise Dalmolin diz que a Escola de Engenharia da Ufrgs teve "certo conflito" com a forma de seleção de alunos realizada pelo programa do governo federal

Agora, com o Ciência Sem Fronteiras, a Escola de Engenharia tem enviado diversos alunos para o exterior, pois tem como característica a mobilidade acadêmica. Como são cursos que exigem um índice alto para ingressar, os candidatos já estão mais preparados para enfrentar os desafios de ir para outro país. Segundo Denise, no início do Programa a Escola teve um “certo conflito” com a forma de seleção de alunos realizada pelo Ciência Sem Fronteiras, pois a Engenharia tem um grau de exigência muito alto. “Temos critérios rigorosos e bem definidos, como não ter reprovação nos últimos semestres, e obter um bom índice de aproveitamento - esses requisitos são passados para os alunos desde o começo do curso. Hoje temos vários estudantes com conceitos bem altos. A última seleção tinha muitas pessoas qualificadas”, aponta Denise, frisando que as exigências para mobilidade acabam incentivando os alunos a melhorarem seus desempenhos.

Mas é no programa de Pós-Graduação da Escola de Engenharia onde a tradição de internacionalização é ainda mais forte. Foram alguns professores de outros países que se estabeleceram no Brasil que iniciaram a implementação, porque na época não havia docentes com doutorados e mestrados. A diretora explica porque o Pós-Graduação também demanda um conhecimento globalizado: “Não se pode trabalhar em pesquisas sem saber o que nosso parceiro da China, por exemplo, está fazendo.”

Exclusão das áreas humanas é uma das lacunas

Outro local onde a internacionalização vem sendo trabalhada há muito tempo é na Pós-Graduação do Instituto de Letras (IL) da Ufrgs. “Temos convênios bem antigos com as mais diferentes universidades do mundo. A internacionalização faz parte do espírito do Instituto”, afirma a diretora do IL, Jane Tutikian. Dois exemplos comprovam essa característica: um é o programa de Português para Estrangeiros, que é uma referência no Brasil. A cada semestre, o Instituto recebe cerca de 250 estudantes do exterior – um contingente bem significativo –, e o objetivo é trabalhar com eles a língua portuguesa e a inserção na cultura brasileira. Outro exemplo é o Núcleo de Ensino de Línguas em Extensão (Nele) do Departamento de Línguas Modernas, que permite o ensino de idioma estrangeiro para comunidade interna e externa, abrigando aproximadamente 2,5 mil alunos.

“Com a ênfase que a administração central vem dando à internacionalização, o Instituto de Letras vem se posicionando sempre a favor e se colocando de uma forma muito intensa e prática”, destaca Jane. “A inauguração do Instituto Confúcio é um exemplo, porque o projeto

de internacionalização da administração central busca outros interlocutores.” E estes agora não são mais só os europeus ou americanos, mas novos atores na economia mundial, frisa a gestora. “Um dos maiores parceiros do Brasil hoje é a China”, destaca. Por isso, a base de qualquer negociação é o entendimento da língua e da cultura. O Confúcio atende estudantes de outros cursos além dos alunos do Instituto de Letras, e, em breve, atenderá a comunidade em geral. “O IL está muito envolvido com essa questão, pois não há nenhuma possibilidade de internacionalização da Universidade que não passe pela língua”, destaca Jane.



Jane Tutikian afirma que o Instituto de Letras está tendo atuação muito forte no Programa Ciência Sem Fronteiras

De acordo com a diretora, o Instituto de Letras está tendo uma atuação muito forte no Programa Ciência Sem Fronteiras, mas no ponto de vista dela há uma lacuna grande neste projeto. “Eu espero que seja temporária”. Jane afirma que gostaria que o Ciência Sem Fronteiras tivesse uma abertura maior. “É um programa que exclui todas as áreas voltadas para humanas, e, o não entendimento de que o que nós estamos fazendo também é ciência, é um erro”, afirma Jane. Para ela, o Programa é um excelente meio para se fazer a mobilidade acadêmica. “Mas o IL foi afastado desse processo. É necessário perceber que as humanas também produzem conhecimento”, reforça, lembrando que o intercâmbio também é necessário em determinadas áreas dentro das ciências humanas que futuramente proporcionarão um grande benefício para o País. ➤

Um exemplo, em relação ao curso de Letras é toda a questão da escrita criativa que existe em escolas de universidades americanas e europeias. “Essas escolas são absolutamente fantásticas em escrita criativa e a possibilidade de nossos alunos conviverem e trabalharem nessas universidades só acrescenta na produção literária brasileira”, ressalta Jane. A diretora do IL ainda destaca que outro aspecto é o trabalho com tradução e editoração, que é um campo que também deve ser aperfeiçoado. “Neste momento as áreas humanas, sobretudo os cursos de Letras, no programa Ciência Sem Fronteiras, estão sendo tratadas como meio, e não como fim. E essa é a grande falha”, afirma a diretora, explicando que a faculdade realiza os testes de nivelamento para preparar os alunos dos cursos de exatas para a concretização do programa do governo federal.

O professor do Instituto de Informática da Ufrgs, Philippe Navaux, lembra que “o Brasil está aparecendo cada vez mais no cenário mundial” e nos últimos 50 anos houve um crescimento relevante da pós-graduação e da graduação. “Assim, começamos a obter níveis semelhantes aos principais centros mundiais.” Dentro deste processo, é muito importante o relacionamento com outros países: é uma maneira de trocar ideias e melhorar a qualidade, opina Navaux. Também na Informática, a cooperação internacional é um aspecto que vem sendo desenvolvido há muitos anos. Dentre as ações, estão os intercâmbios com alunos de doutorado-sanduíche para desenvolver pesquisas conjuntas, por exemplo. Outra


conquista é a co-tutela, onde alunos de doutorado fazem seus trabalhos dentro das regras das universidades que participam do programa. Eles defendem sua tese uma vez e recebem dois diplomas. “Nesse caso o aluno pode obter, por exemplo, um diploma de doutorado brasileiro e francês juntos – é uma experiência importante”, destaca.

Docentes reclamam da organização do Programa

A coordenadora da Pós-Graduação da Ufcs, Beatriz Kohek, conta que os programas de pós-graduação com nota 7 têm que comprovar que praticam a internacionalização para Capes. O processo inicia quando a universidade envia seu professor e, desta forma, passa a estabelecer parcerias. “Nesse caso, o papel do docente é fundamental, porque é ele que possibilita através do próprio doutorado, por exemplo, um primeiro contato para que sejam estabelecidos convênios internacionais”, revela.

Para os alunos, a oportunidade de estar fora do sistema educacional possibilita que quando retornem reconheçam o valor do modelo da Universidade, opina Beatriz. “E eles trazem essa experiência e possibilidades de nós também avaliarmos e modificarmos nosso sistema – além da riqueza de conviver com outra cultura, o que permite que eles cresçam muito. Por isso, o programa é mesmo sem fronteiras”, elogia. Os participantes entram em contato com universidades que também recebem muitos estudantes estrangeiros e convivem com essa multiplicidade de ideias. “Nós ainda não estamos colhendo frutos do programa, mas isso

acontecerá em breve, quando voltarem nossos primeiros alunos que participaram do Ciência Sem Fronteiras”, afirma. Beatriz aponta um aspecto negativo do programa, que é a forma de organização. “Deve-se deixar que a universidade defina que o aluno faça o currículo que é possível no outro país. Eles não poderiam mudar as regras a todo o momento, no entanto, cada edital lançado é diferente”, enfatiza.

No âmbito da pós-graduação, a professora destaca que não ocorrem tantos problemas, pois a mobilidade já acontecia, e o programa apenas ampliou as possibilidades. “Uma vantagem é que os professores também podem realizar estágios pós-doutorais em vários níveis”, destaca Beatriz. 



Navaux lembra que o Brasil está aparecendo cada vez mais no cenário mundial e, assim, começa a obter níveis semelhantes aos principais centros

Prezado professor:



A Adufrgs-Sindical está modernizando o sistema de dados de seus filiados para melhorar a comunicação, garantir o recebimento de mensagens eletrônicas, correspondências, e a participação de todos em decisões importantes para a categoria através de consultas e votações.

Cada docente receberá, individualmente e por email, o número de sócio e a senha de acesso, para que possa realizar sua atualização cadastral.

Desta forma, será possível personalizar o atendimento a cada filiado, uma vez que é através de cadastro completo e atual que se identifica o professor para o qual nossa atuação na defesa (jurídica ou administrativa) de direitos e interesses deva ser direcionada.

Se você já realizou sua atualização cadastral, desconsidere este aviso



Lembramos a todos que estes dados serão utilizados exclusivamente pela Adufrgs-Sindical. Caso ocorra algum problema, favor enviar um e-mail para: ti@adufgrs.org.br

